

Luiz Carlos Gonçalves
luizcarlosdiv@globo.com
www.blogdoluzcarlos.com

A COESÃO LEXICAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras: Lingüística.

Orientador: Professor doutor Samuel Moreira da Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2000

Dissertação defendida e aprovada, em _____ de _____ de 2000,
pela banca examinadora, constituída pelos professores:

AGRADECIMENTOS

Minha mais sincera gratidão aos professores do Pós-Lin, por sua dedicação e apoio, em especial aos professores Marco Antônio Vieira e Samuel Moreira da Silva, meu orientador. Obrigado por seus conselhos e, principalmente, por sua paciência sobre-humana.

Este trabalho é dedicado a meus alunos e a minha família, que, diante de minhas limitações e ausências, apoiaram-me com sua cumplicidade e compreensão.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	8

PARTE I - A COESÃO GRAMATICAL

Capítulo 1 - Conceitos Elementares	12
1.1 O texto	12
1.2 A textura	13
1.2.1 Textura e estrutura lingüística	16
1.3 O elo coesivo.....	18
1.4 Definindo a coesão	18
1.5 O contexto.....	21
Capítulo 2 - Os tipos de coesão gramatical	24
2.1 Referência	24
2.1.1 Tipos de referência.....	25
2.1.2 O papel do artigo definido	26
2.1.3 Relações semânticas	28
2.1.3.1 Co-referenciação	30
2.1.3.2 Co-classificação	31
2.1.3.3 Co-extensão	32
2.2 Coesão por substituição	33
2.3 Coesão por elipse	34
2.3.1 Elipse nominal	36
2.3.2 Elipse verbal	38
2.3.3 Elipse oracional	39
2.3.4 Elipse do sujeito.....	44
2.4 A conjunção	45
2.4.1 Tipos de conjunção	47
Capítulo 3 - Os modelos de Koch e Fávero	48
3.1 O modelo de Koch	48
3.1.1 A referenciação	49
3.1.1.1. Formas remissivas não-referenciais presas	50

3.1.1.2. Formas remissivas não-referenciais livres	50
3.1.1.3 Formas remissivas referenciais	53
3.1.1.4 Coesão por seqüenciação	56
3.2 O Modelo de Fávero	56

PARTE II - A COESÃO LEXICAL

Introdução	59
Capítulo 4 - O conceito de coesão lexical	60
4.1 Tipos de coesão lexical	68
Capítulo 5 - A Reiteração	71
5.1 Reiteração por repetição	72
5.1.2 Inclusão, exclusão e não relação	74
5.2 Reiteração por sinônimos	77
5.2.1 Sinonímia textual	80
5.2.3 Ambigüidade	85
5.3 Reiteração através de hiperônimos e hipônimos	88
5.4 Palavras de sentido geral	90
5.5 Outros casos de reiteração	91
5.5.1 Nominalização	91
5.5.2 Metonímia	94
5.5.3 Antonomásia	95
Capítulo 6 - A coesão lexical por colocação	98
6.1 Algumas teorias a respeito da colocação	101
6.1.2 A complementaridade	103
6.1.3 Conversos	105
6.1.4 Contrastes não-binários	105
6.1.4.1 Conjunto serialmente ordenado	106
6.1.4.2 Séries não-ordenadas	106
6.1.5 Parte-parte/parte-todo	107
6.1.6 Hiponímia	110
Capítulo 7 - A coesão lexical em textos escolares	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	140

RESUMO

A presente dissertação centra-se na análise da coesão lexical. Os recursos coesivos, segundo modelo de Halliday & Hasan (1976), podem ser dispostos em dois grupos: o da coesão gramatical e o da coesão lexical. Entende-se como recurso de coesão gramatical a recorrência a elementos gramaticais, no texto, como pronomes e o artigo definido, para se referir a um item do mesmo texto. Após apresentar os recursos de coesão gramatical, este estudo volta-se aos mecanismos disponíveis para a elaboração da rede coesiva através de itens do léxico.

A coesão lexical se subdivide em dois tipos: reiteração e colocação. A reiteração diz respeito a casos de coesão lexical em que se percebe uma intenção do autor em fazer remissão a um elemento já citado no texto. Isso pode ser feito através da repetição do mesmo item, através de sinônimos, de metonímias, de hiperônimos e hipônimos, de nominalizações, de antonomásias ou de palavras de sentido geral, como *coisa* ou *evento*.

A coesão por colocação, por sua vez, diz respeito à associação de palavras que se pode fazer dentro de um texto e que tem força coesiva ainda que não haja uma intenção de se fazer uma remissão. É o que ocorre quando se usa em um texto

as palavras *menino* e *brinquedo*, por exemplo. Há uma associação entre esses dois itens lexicais, por isso, diz-se que são colocacionalmente coesivos, ou seja, tendem a co-ocorrer, a se colocar juntos, no mesmo texto.

A partir desses conceitos gerais, este estudo analisa cada caso. A coesão lexical é apresentada neste trabalho como uma forma eficiente de elaboração da rede coesiva. Ela é contraposta à coesão gramatical porque serve a estratégias textuais que vão além do objetivo de reiterar um elemento no texto. Isso por dois motivos básicos:

1: Os itens lexicais usados para se processar a coesão podem ser veículo também de modalizações, ou seja, através de um item lexical, além de efetuar a coesão, o autor também pode agir sobre o leitor, com a intenção de impressioná-lo;

2: a coesão lexical é também um mecanismo de entrada no texto de informações novas. Quando reitera um elemento do texto através de uma característica sua que ainda não havia aparecido no texto, por exemplo, o autor está também aumentando o grau de informatividade de seu texto.

Após reunir teorias sobre a coesão lexical - notadamente a coesão colocacional - este trabalho analisa alguns textos produzidos por estudantes. A análise se presta a verificar a incidência nos textos de elementos de coesão lexical. Verifica-se se o aluno lança mão de elementos lexicais para processar a coesão bem como se, nos textos analisados, a coesão lexical e em especial a colocação, é planejada e empregada como uma estratégia textual.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é a coesão lexical. A opção de se trabalhar com esse tema advém, principalmente da constatação de que são poucos os estudos em português sobre o assunto, o que contrasta com a frequência com que o quesito coesão é salientado por professores em aulas de redação. Há uma carência, portanto, de teoria sobre a coesão lexical, que seja explicativa e acessível aos professores que trabalham com produção de texto. Esta dissertação vai procurar relacionar em um único trabalho detalhes sobre coesão, centrando-se na questão da força coesiva do léxico, um terreno instigante e, proporcionalmente, escasso de estudos.

Quanto à organização, esta dissertação foi dividida em duas partes. Na primeira, será abordado o fenômeno da coesão gramatical, a partir do modelo descrito por Halliday & Hasan (1976). Essa abordagem do assunto é genérica e contém conceitos elementares mas faz-se importante para a totalidade do trabalho porque fornece conceitos que serão úteis à compreensão da coesão lexical. Mesmo porque as análises empreendidas aqui muitas vezes vão contrapor tipos de coesão e para que

isso faça sentido é necessária uma incursão prévia à gama de possibilidade de estabelecer uma corrente coesiva em um texto. A segunda parte deste trabalho centra-se na questão da coesão lexical. Serão abordados todos os tipos de coesão lexical conforme descrição do modelo elaborado por Halliday e Hasan, em *Cohesion in English*, de 1976. Também será dedicado um capítulo à análise da rede coesiva em textos escolares. Sem a pretensão de receitar modelos ou fórmulas, serão analisadas redações escolares sob o aspecto da organização da rede coesiva. Os textos escolares serão todos de alunos do Ensino Médio. Com isso pretende-se traçar um paralelo entre a coesão enquanto um recurso de elaboração textual e o seu efetivo emprego pelo estudante. A análise visa, especificamente, portanto, a descrever as formas como o estudante explora a coesão lexical.

A escolha da coesão lexical como fonte de estudo, parte do pressuposto de que tal recurso é um poderoso mecanismo não só de manutenção da unidade temática, mas também de entrada de informações novas e de modalização em um texto, ou seja, a escolha lexical a fim de se elaborar a rede coesiva pode revelar posicionamentos do autor. Este estudo pode, pois, servir como mais uma ferramenta na difícil e geralmente abstrata tarefa de avaliar a qualidade dos textos produzidos nas escolas, ou seja, pode chamar a atenção para um quesito importante na construção de texto, que é a coesão lexical, fornecendo ao professor ou a qualquer outra pessoa que se predisponha a tal tarefa, conceitos e parâmetros.

Dizer que existem poucos estudos publicados sobre coesão não significa, no entanto, assumir que o tema seja totalmente ignorado nas aulas de redação. Ao contrário, grande parte das críticas a redações produzidas por estudantes é fundamentada, por professores, na deficiência da construção da rede coesiva do texto e na - às vezes conseqüente - incoerência textual. Essa constatação por si

reforça a necessidade de um estudo como este, pois demonstra que os professores concordam que coesão é um mecanismo de avaliação textual. E mais um trabalho sobre o tema pode instruí-los a ponto de serem também capazes de diagnosticar com maior precisão nos textos de seus alunos o que seria “um problema de coesão”, expressão vaga geralmente empregada para se criticar um texto considerado ruim pelo professor.

PARTE I

A COESÃO GRAMATICAL

CAPÍTULO 1

CONCEITOS ELEMENTARES

Este trabalho descreve o fenômeno da coesão a partir do modelo teórico de Halliday & Hasan (1976). Para esclarecer ou aprofundar alguns conceitos periféricos à questão, muitas vezes emitidos pelos próprios autores, recorre-se a outras fontes. A opção pelo modelo traçado por Halliday e Hasan (1976), no entanto, tem a finalidade de manter uma linha coerente de estudo, evitando-se o risco de se enveredar por discussões que, ao contrário de concorrer para a elucidação de idéias, acabam por confundir.

1.1 O TEXTO

Antes de se aprofundar no estudo da coesão, é necessário deixar claros alguns conceitos que serão abordados neste trabalho. Um deles é a definição de o que seja texto. Geralmente as pessoas vinculam o conceito de texto à extensão de uma expressão lingüística. Assim, um *slogan* em um *out-door*, por exemplo, poderia não

ser classificado como texto. Mas neste estudo não será esse o referencial para se definir texto. Aqui, como em Halliday & Hasan (1976), será considerada texto qualquer expressão lingüística, escrita ou falada, independente de seu tamanho, que forme um todo, um conjunto com sentido. Qualquer falante sabe se uma passagem de sua língua tem sentido ou não. Na verdade, existem traços que são característicos de um texto. Ainda que não os saiba explicitar, um falante ou leitor também intuitivamente sabe disso. “Textura” é um desses traços.

1.2 A TEXTURA

O conceito de textura é bastante apropriado para se definir o que seja um texto.

“A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from the fact that it functions as a unity with respect to this environment.”¹

Halliday & Hasan (1976: 2)

Textura é um conceito-chave na teoria de Halliday & Hasan, visto que os autores expõem justamente os recursos de que a língua dispõe para criá-la. Se uma pessoa descreve uma passagem qualquer da língua como sendo um texto é porque considera que haja ali uma unidade, partes que se conjugam e mantêm uma ligação com um tema qualquer. É a isso que se chama aqui de textura.

¹“Um texto tem de ter textura. E é isso que o distingue de um seqüência desconexa de períodos. Essa textura deriva do fato de que o texto funciona como uma unidade temática”.

A teoria da textura nada mais é do que uma resposta à questão de qual seria o traço distintivo entre um texto e um amontoado de palavras sem sentido. Estudar as formas de se constituir a coesão seria, portanto, investigar os recursos que a língua tem para criar essa textura.

“If a passage of English containing more than one sentence is perceivel as a text, there will be certain linguistic features present in that passage wich can be identified as contributing to its total unity and giving it texture.”²

Halliday & Hasan (1976: 2)

Para exemplificar o que se defende aqui, observe-se a seguinte passagem, retirada de uma receita culinária:

(1:1) Depene e limpe um frango. Divida-o em duas metades.

Está claro que *o*, na segunda oração, refere-se a *frango*, da primeira oração. Essa função ANAFÓRICA - de se referir a algo que vem antes - dá coesão às duas orações. Assim, as duas orações juntas podem constituir um texto. Nesse caso, a textura advém da relação de coesão existente entre *o* e *frango*. Ambas as expressões - *o* e *frango* - referem-se à mesma coisa . Os dois itens

²“Se uma passagem em uma língua como o inglês (ou o português), contendo mais de um período simples, é entendida como sendo um texto é porque há ali certos traços lingüísticos que contribuem para a sua unidade total e que lhe dão a textura.”

são CO-REFERENCIAIS. É provável que a sensação de que “há algo de errado” com o texto a seguir advenha do fato de que haja um termo que teria a função de fazer a referência, de pressupor algum item já citado, mas não se consiga enxergar no próprio texto o elemento original a que se ligue anaforicamente:

(1:2) “(...) *Estás desempregado? Seus negócios não andam bem? Se você é um descrente, e nunca encontrou alguém capaz de resolver seus problemas, consulte a DONA TÂNIA que o resolverá no menor espaço de tempo possível.*”

(anúncio de vidente, coletado em Belo Horizonte)

No exemplo acima, *o*, de “...*o resolverá no menor espaço de tempo possível*”, talvez devesse ter a função anafórica de se referir a *seus problemas*, ou seja, talvez fosse essa a intenção do autor do texto, mas isso não é possível devido à diferença de número entre o referente e o item referido - *seus problemas* é plural e *o*, singular. Também é pouco provável que o autor do texto tenha desejado, com o anafórico *o*, referir-se a *você*. Sob esse aspecto - o da referência - a textura foi prejudicada e, por conseguinte, a relação coesiva também. O que ocorre é que existe um elemento potencialmente anafórico - *o* - mas não existe - ou não é possível afiançar qual seja com base na estrutura do texto - um referente para ele. É claro, no entanto, que o leitor do texto em questão é capaz de recuperar a informação. Isso porque identidade de referente não é a única relação de significado que contribui para a textura. Tampouco o uso de pronome é a única forma de se expressar identidade de referente. O exemplo 1:1 poderia ser reescrito da seguinte forma:

(1:3) *Depene e limpe um frango. Divida o frango em duas metades.*

Aqui, o item com função coesiva é *frango* que atua como uma repetição da palavra *frango*, acompanhado pelo artigo definido *o*, que funciona como um elemento anafórico. Uma das funções do artigo definido é justamente assinalar identidade de referente com algo já citado anteriormente. Assim, pode-se assumir que existem no exemplo 1:3 dois tipos de elo entre *o frango* e *um frango*. Existe o elo que vem aqui sendo chamado de referência e que no exemplo ilustrativo acima é processado pelo artigo definido *o*, que se liga a *um frango*, numa relação anafórica.

E existe também, um outro tipo de ligação coesiva, que se verifica entre *frango* e *frango*, que consiste na repetição do elemento original de referência. No caso do exemplo 1:1 existe apenas o elo de referência, ou seja, sabe-se que a natureza do pronome *o* é servir como elemento que se liga a outro dentro do texto.

É importante ressaltar que, em 1:3, mesmo se a palavra *frango* do segundo período não se referisse ao mesmo *frango* da primeira, ainda assim haveria um efeito coesivo. A reativação de um elemento do texto através da sua repetição ou do uso de palavras do léxico em vez de itens essencialmente referenciais, é o que se chama de COESÃO LEXICAL. Em sua segunda parte, este estudo voltará a esse tipo de coesão.

1.2.1 TEXTURA E ESTRUTURA LINGÜÍSTICA

A coesão, no sentido como vem sendo discutida aqui, não é uma relação estrutural. Um texto não é uma unidade estrutural (Halliday & Hasan, 1976: 6). Entenda-se por relação estrutural aquela que une os elementos dentro de uma mesma oração, como a força coesiva da concordância verbal e nominal, por exemplo,

ou seja, a estrutura gramatical. Assim, há que se distinguir esse tipo de força coesiva, estrutural, daquela existente entre duas ou mais orações, entre períodos e parágrafos de um texto. A estrutura é uma maneira de se imprimir textura a um texto. Se um texto é composto, por apenas uma oração, não é necessário ir além da análise de sua estrutura gramatical para se explicar sua força coesiva (Halliday & Hasan, 1976: 7).

Textos, no entanto, na maioria das vezes não se limitam a uma oração. Existem textos constituídos por apenas uma oração, é o caso dos provérbios, dos anúncios publicitários, como por exemplo:

(1:4)

a. Não fume.

b. Quem com o ferro fere, com o ferro será ferido.

Embora haja exemplos de textos formados a partir de uma única oração, geralmente os textos vão além disso. Portanto, um texto estende-se para além do alcance da análise das relações estruturais. O sentido de coesão defendido aqui refere-se especificamente, portanto, a essas relações não-estruturais, que extrapolam o limite de uma oração. O uso do termo COESÃO, refere-se especificamente a relações não-estruturais que criam textura. São relações semânticas que fazem do texto uma unidade semântica.

Assim, a coesão estudada neste trabalho é aquela que vai ocorrer entre orações que formam um período composto, entre parágrafos ou entre quaisquer outras partes do texto que não sejam coesivas apenas pelo fator estrutural. A coesão

também não está amarrada às fronteiras entre orações de um período composto.

Trata-se de uma relação semântica entre um elemento qualquer do texto e um outro que, para ser interpretado, depende daquele primeiro. Mas a localização desses elementos no texto não é determinada pela estrutura gramatical.

1.3 O ELO COESIVO

Neste estudo, chama-se de *elo* a relação coesiva entre dois elementos dentro de um texto. O conceito de *elo* torna possível analisar um texto em termos de suas propriedades coesivas, ou seja, fornece-nos uma classificação sistemática de seus padrões de textura. Vários tipos de questões podem ser investigadas por essa via. Por exemplo, as diferenças entre um texto falado e um escrito, ou entre gêneros literários ou ainda entre estilos de autores, tudo a partir do tipo de elo que é tipicamente empregado. Com isso se quer dizer que certos autores ou certos tipos de textos podem ter como característica o emprego deste ou daquele elo coesivo.

1.4 DEFININDO A COESÃO

Segundo Halliday & Hasan (1976), o conceito de coesão é semântico. Refere-se a relações de significado que existem dentro de um texto e que o definem como tal, dando-lhe textura. Vai haver a coesão quando, em um texto, a interpretação de algum elemento é dependente da de outro; um pressupõe o outro, na razão de que um não pode ser compreendido sem que se recorra ao outro. Quando isso acontece, então há a coesão e os dois elementos envolvidos estão integrados dentro do texto.

O potencial para que a coesão se processe, no entanto, está nos recursos de referenciação, elipse, substituição e no léxico. A realização de construções coesivas em um dado instante, no texto, não depende, no entanto, meramente da escolha de um desses recursos. É necessário que exista um outro elemento que satisfaça a pressuposição sugerida pelo emprego de um desses recursos. Observe-se novamente o exemplo:

(1:3) *Depene e limpe um frango. Divida o frango em duas metades.*

A palavra *frango*, do exemplo, não é, por si, coesiva. A relação de coesão ocorre se um elemento é reativado através de itens anafóricos, como o pronome *o*, no caso do exemplo 1:1 (*Depene e limpe um frango. Divida-o em duas metades.*), ou se é reiterada. Pode-se ainda estabelecer uma relação coesiva com o item *frango*, no exemplo, se uma outra palavra relacionada a ele, como “*ave*”, por exemplo, ocorre. O pronome anafórico, no entanto, não teria um valor coesivo, sem o seu precedente. Quando se se depara com o pronome pessoal *Ele*, por exemplo, em um texto, espera-se que haja dentro ou fora do texto um elemento a ser-lhe vinculado.

Segundo Halliday & Hasan (1976: 5), como outras relações semânticas, a coesão é expressa através da organização da linguagem em estratos. Ainda de acordo com os autores, a linguagem pode ser explicada como um sistema que contém três níveis ou estratos: o semântico (do significado), o lexicogramatical (da forma) e o fonológico e ortográfico. Significados se realizam através de palavras que, por sua vez, se realizam por meio da escrita ou do som. As relações coesivas também obedecem a uma estratificação. São expressas através da gramática e do vocabulário (léxico). Há, portanto, uma COESÃO GRAMATICAL e uma COESÃO

LEXICAL. Observe-se novamente o exemplo:

(1.1) *Depene e limpe um frango. Divida-o em duas metades.*

A coesão é gramatical, feita entre o pronome *o* e o elemento do vocabulário português, *frango*. Já no exemplo 1:3 (*Depene e limpe um frango. Divida o frango em duas metades*), têm-se tanto a coesão gramatical, obtida pelo uso do artigo *o*, que tem função anafórica, quanto a coesão lexical, expressa pela repetição da palavra *frango*.

Halliday & Hasan (1976: 6) classificam como gramaticais os tipos de coesão que chamam de REFERÊNCIA, SUBSTITUIÇÃO e ELIPSE. Há ainda, a coesão feita através de CONJUNÇÃO, que os autores dizem estar na fronteira entre a coesão gramatical e a lexical. É importante destacar, no entanto, que apontar a coesão como sendo gramatical ou lexical, não implica em dizer que se trata de uma relação puramente formal, puramente estrutural, em que o aspecto semântico não esteja envolvido. A coesão é uma relação semântica, como já se ressaltou. Acontece que todos os componentes do sistema semântico realizam-se através do sistema lexicogramatical. Com a coesão, portanto, não é diferente. Algumas formas dela se realizam através da gramática e outras através do vocabulário, do léxico. Há inclusive algumas formas de coesão gramatical que se realizam por meio da entoação, na língua falada, como no exemplo:

(1:5) *Eu feri seus sentimentos? Eu não pretendia.*

Aqui não é apenas a elipse - a pressuposição de que a segunda oração se completa com *ferir seus sentimentos* - que vai dar o efeito coesivo aos dois períodos, mas também a idéia de oposição - correspondente à conjunção adversativa

“mas” -, que é expressa através da entoação dada ao texto.

1.5 O CONTEXTO

A mais simples forma de coesão seria aquela em que o elemento que pressupõe outro está verbalmente explícito na sentença seguinte àquela em que se encontra o elemento original, como no exemplo:

(1:6) João chegou às 10 horas. Ele estava atrasado.

Aqui, o pronome *ele* refere-se a *João*, já citado anteriormente. Essa forma de pressuposição, em que se aponta para um elemento já citado chama-se ANÁFORA. Mas a coesão também pode ser estabelecida entre um elemento referencial, como um pronome, e um nome que virá à frente. Nesse caso, tem-se uma CATÁFORA. Em ambos os casos, portanto, a coesão é feita pela dedução advinda da análise de algo que está exposto no texto, de algo ENDOFÓRICO. A interpretação de um elemento que aparece no texto, no entanto, pode não estar relacionada, anafórica ou cataforicamente a um outro elemento dentro do contexto lingüístico. Observe-se o seguinte exemplo:

(1:7) _ Você leu aqueles livros?

É possível que *aqueles* refira-se a algo já mencionado dentro de um texto precedente; a uma menção anteriormente feita a alguns livros em particular. Mas também é admissível que se refira ao ambiente em que se dá o diálogo, ao CONTEXTO SITUACIONAL. Assim, os livros, em questão, estão presentes e

podem estar sendo apontados. A interpretação seria: “aqueles livros ali na mesa”, por exemplo.

Esse tipo de referência é chamado de EXOFÓRICO. Assim, existe a referência situacional (exofórica), ou seja, que aponta para o contexto situacional e a referência a um outro elemento presente no texto (endofórica). É plausível dizer que, na evolução da linguagem, a referência situacional precedeu a textual. Na fala das crianças, por exemplo, principalmente na das pequenas, ainda não escolarizadas, é muito alto o grau de referências exofóricas.

Um dos pontos analisados normalmente como diferenciadores entre fala e escrita é justamente o fato de a fala ser mais contextualizada, enquanto a escrita seria sustentada por referências endofóricas, ou seja, explícitas e passíveis de verificação dentro do próprio texto. É claro que não existe texto totalmente endofórico. Mesmo porque o leitor analisa o texto a partir de seus objetivos pessoais e não simplesmente a partir dos supostos objetivos do autor. Assim, torna-se impossível controlar as conexões que o leitor fará entre elementos do texto e outros itens exofóricos. Essas conexões, inclusive, são essenciais para que certas construções coesivas sejam compreendidas. Para exemplificar a questão da recorrência ao contexto situacional, ou exofórico, observe-se o exemplo a seguir, extraído de uma fala da apresentadora de um telejornal:

(1:8) *Apresentadora: “Veja a seguir: o homem que não acredita que o homem foi à lua.” (Jornal “Hoje”, Globo, 20/7/99)*

A palavra *homem* aparece duas vezes no texto, como se pode perceber. Mas

nas duas vezes em que aparece, não tem o mesmo referente, ou seja, não se faz alusão ao mesmo “homem”. Nesse caso, a segunda citação trata-se de um homônimo, ou seja, há apenas uma coincidência de significantes. Pode-se deduzir, portanto, que, para o leitor, há dois canais para se recuperar uma informação - o texto, ou seja, o CO-TEXTO e o CONTEXTO SITUACIONAL, uma recorrência a algo fora do texto.

CAPÍTULO 2

OS TIPOS DE COESÃO GRAMATICAL

Se o conceito de coesão está intimamente ligado à noção de textura e vínculos (ou elos) que os elementos podem compor dentro do texto, é possível então classificar esses vínculos e assim obter também uma classificação dos tipos de coesão. Halliday & Hasan (1976) dividem a coesão em duas ramificações: a coesão gramatical e a coesão lexical. Neste capítulo serão expostos os tipos de coesão gramatical: referência, substituição, elipse e conjunção. A coesão lexical será discutida na segunda parte deste estudo.

2.1 REFERÊNCIA

Existem na língua alguns termos que têm a propriedade de fazer referência a outros elementos já citados no texto ou fora dele. É o caso dos pronomes pessoais e demonstrativos, por exemplo. O que caracteriza a referência, como um processo particular através do qual a coesão pode se processar é o fato de os elementos

referenciais não terem na língua outra função que não a de estabelecer um vínculo com um elemento qualquer. A referência pode ser feita com relação ao texto (referência endofórica) ou ao contexto situacional (referência exofórica). Quando se refere ao texto, o elemento de referência pode estar ligado a um termo que o precede, numa relação anafórica. Caso o item de referência esteja se referindo a algo que o sucede, tem-se uma relação catafórica.

2.1.1 TIPOS DE REFERÊNCIA

Halliday & Hasan (1976: 37) categorizam a referência em três tipos: pessoal, demonstrativa e comparativa. A referência pessoal é aquela efetuada com os pronomes pessoais - eu, tu, ele, nós, vós, eles - e pronomes com função adjetiva, ou determinante, como é o caso dos possessivos - meu, teu, seu, nosso, vosso, seus.

A referência demonstrativa, por sua vez, é feita através de pronomes demonstrativos - este, esse, aquele -, de advérbios pronominais - aqui, lá - e do artigo definido “o”, indicando graus de proximidade.

Já a referência comparativa é feita através de relações de identidade e similaridade. Usam-se para tanto adjetivos em grau comparativo, como “maior”, “igual”, “menor” etc e advérbios como “diferentemente”, “igualmente” etc. A semelhança é uma propriedade referencial, como se percebe nos três exemplos a seguir:

(2:1)

- a. Este carro é o mesmo [*carro*] que nós vimos ontem.
- b. Este carro é parecido com o [*carro*] que nós vimos ontem.
- c. Este carro é diferente daquele [*carro*] que nós vimos ontem.

A referência na comparação pode ser feita com relação ao texto ou ao contexto de situação. No texto, a referência pode ser anafórica ou catafórica. Em todos os casos acima, a referência é catafórica. Em *a.*, por exemplo, o termo *o mesmo* refere-se a *que nós vimos ontem*.

2.1.2 O PAPEL DO ARTIGO DEFINIDO

O artigo definido indica que o item que ele determina é específico e identificável, que em algum lugar do texto ou fora dele, pode ser encontrada a informação necessária para se identificar a que ele se refere. O artigo definido pode, portanto, ser endofórico ou exofórico. Caso seja exofórico, a informação necessária para que se identifique o item a que se refere está no contexto situacional que, presumidamente, é compartilhado pelo autor do texto e pelo leitor, como no exemplo:

(2:2) “Não se preocupe, o trem já está chegando”.

Nesse caso, trata-se de *um trem* que ambas as pessoas envolvidas no texto conhecem, ou seja, depende-se de um contexto de situação específico para a compreensão da referência feita pelo artigo definido. Há situações, no entanto, em que o artigo definido é exofórico porque o elemento a que se refere é único dentro de um contexto, como em construções do tipo:

(2:3) O céu está muito bonito hoje.

Aqui, não se refere a nenhum elemento expresso no texto. Esse tipo de

referência exofórica não depende de um contexto de situação específico. Também no caso do artigo definido empregado endoforicamente, ou seja, referindo-se a algo dentro do texto, existem duas possibilidades de interpretação do referente: pode-se tratar de uma referência catafórica ou anafórica.

Diferentemente do demonstrativo “isto”, o artigo definido nunca terá efeito coesivo se empregado para se referir a algo que venha após o seu emprego no texto (cataforicamente). Nesse caso, o artigo definido apenas determina algum elemento dentro do grupo nominal em que está, como em construções, por exemplo, que dão título a obras, como “O Silêncio dos Inocentes”, em que o artigo definido não remete a algo já citado (Halliday & Hasan, 1976: 72).

Observe-se, no entanto, que o pronome “isto” é um elemento de referenciação catafórica - que se refere a algo que vem após ele - mas possui efeito coesivo, por “resumir” o enunciado que o sucede:

(2:4) Só tenho a lhes dizer *isto*: vocês são ótimos companheiros.

Finalmente, o artigo definido empregado anaforicamente, é o único que tem força coesiva, pois refere-se a algo já citado dentro do texto. É o caso do *o*, de *o corredor*, do exemplo abaixo, usado para se mostrar que se trata do mesmo corredor anteriormente citado:

(2:5) Ele entrou por um longo corredor escuro. Depois de caminhar em silêncio, parou e passou a examinar **o** corredor.

Aqui, empregou-se o artigo definido antes da repetição da palavra *corredor*.

O artigo, portanto, pode ser usado para vincular coesivamente sinônimos ou expressões equivalentes, colaborando com a coesão lexical. Observe-se no exemplo a seguir como a expressão *chefe do executivo*, após o artigo definido *o*, é vinculada anaforicamente a *presidente*:

(2:6) O presidente ansiava pelo fim do mandato. *O chefe do executivo* já estava cansado de suas funções.

2.1.3 RELAÇÕES SEMÂNTICAS

Antes de enveredar no estudo dos demais tipos de coesão, é útil destacar alguns conceitos que vêm sendo empregados neste trabalho e que estão relacionados ao papel das relações semânticas na coesão. Segundo Halliday & Hasan (1989), as relações semânticas são a base da coesão.

Assumindo-se o ponto de vista acima, pode-se defender que textura e estrutura compõem dois fenômenos distintos de um texto. Um texto que, do ponto de vista de sua estrutura, possa parecer incompleto, sem sentido, pode ter textura. Da mesma forma, dizer que um texto tenha textura, ou seja, que seus elementos têm ligação entre si, formando uma rede coesiva, não significa dizer que ele não tenha problemas estruturais. Isso quer dizer que mesmo que um texto não obedeça a uma estruturação sintática padrão pode ter força coesiva. Isso porque a coesão em um texto tanto existe no plano estrutural quanto em um nível não-estrutural.

Haver coesão em apenas um desses níveis não é pressuposto suficiente para que um texto possa ser considerado coerente. Halliday & Hasan (1989: 74) citam o paralelismo de estruturas sintáticas ou semânticas como um fator que corrobora

para a coesão textual. É o caso, por exemplo, das elipses, que são resolvidas pelo leitor após uma análise do paralelismo sintático das orações, como no exemplo:

(2:7)

a. [Eu toco piano]; *b*[meu pai, Ø violino.]

A lacuna na seqüência *b*, do texto, representada pelo símbolo Ø, deve ser preenchida pelo leitor. E ele o faz com base na estrutura de *a* e pela constatação de que, sintaticamente, *b* tem uma estrutura idêntica à de *a*. Por exemplo, violino, em *b*, ocupa a mesma posição e função de piano, em *a*.

Portanto, há um paralelismo em *a* e *b*. Assim, o leitor preenche a lacuna com o mesmo verbo de *a*, ainda que a significação do verbo no contexto de *b* não seja rigorosamente a mesma que em *a*. O paralelismo estrutural das orações é, portanto, nesse caso, essencial para que a coesão ocorra.

Outro elemento da estrutura textual importante na organização da coesão é que se mantenha a expectativa de que o texto seja alimentado com informações novas e estas, por suas vez, sejam desenvolvidas. O leitor portanto, quando entra em contato no texto com um dado novo, espera seu desenvolvimento, bem como que seja feita uma conexão sua com outros dados do texto. Grosso modo, o leitor espera encontrar estruturas no texto do tipo sujeito-predicado; tema/rema; dado/novo.

Já no plano não-estrutural, pode-se dizer que a propriedade de um texto ter ou não textura está ligada à percepção que o leitor tem de coerência. Uma vez que não é intuito deste trabalho enveredar demais pelos caminhos que levam ao conceito do termo coerência, sugere-se uma definição que passaria pelo conceito de textura e de vínculo (elo) entre dois termos em um texto. Se se imaginar um texto como uma via

em que várias mensagens se seguem, um texto teria textura a partir do momento em que essas mensagens se liguem umas às outras.

Para Koch & Travaglia (1990: 21), “a coerência está ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela (a coerência) é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários (...). Portanto, para haver coerência é preciso que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade entre seus elementos.” Pode-se entender que esse trecho faz alusão à coesão como um dos componentes que colaboram para que um texto tenha coerência, quando alude à possibilidade de se estabelecer no texto uma unidade entre seus elementos.

Essa unidade vai ser conseguida tanto através da organização do texto no plano estrutural (gramatical) quanto no plano não estrutural. Embora esse vínculo, que vai dar unidade ao texto, possa ser gramatical - feito através de um pronome anafórico, por exemplo -, ou lexical, sua natureza é semântica (Halliday & Hasan, 1989), ou seja, os dois termos que se vinculam em um texto estão ligados por alguma relação de sentido.

Segundo Halliday & Hasan (1976: 89), há certos tipos de relações de significado entre os membros de um elo, que podem ser classificadas como Co-referenciação, Co-classificação e Co-extensão.

2.1.3.1 CO-REFERENCIAÇÃO

Observe-se o exemplo a seguir:

(2:8) O *presidente* estava indeciso. *Ele* não sabia que medida tomar.

Há, nitidamente, um vínculo entre *presidente* e *Ele*. Esse vínculo é chamado de co-referenciação, pois um elemento, dentro do texto, refere-se especificamente a

um outro já citado, ou seja, há uma identidade de referente; ambos são a mesma coisa. *Ele*, no exemplo, é *presidente*.

2.1.3.2 CO-CLASSIFICAÇÃO

Halliday & Hasan (1989) empregam o conceito de co-classificação para explicar a relação semântica existente no efeito coesivo conseguido com a substituição - recurso do inglês - e com a elipse, como no exemplo:

(2:9)

a 1[Eu toco piano]; 2[meu pai, Ø violino.]

b 1[O marceneiro aposentou o seu antigo banco] 2[e fez um novo].

A força coesiva existente entre *1* e *2* (*em a*) ou entre *1* e *2* (*em b*), dos exemplos acima, já foi discutida anteriormente neste trabalho. No exemplo ilustrativo *a.*, o leitor, orientado tanto por pistas sintáticas quanto contextuais, entende que deve preencher uma “lacuna”, em *2*, que ficaria *meu pai (toca) violino*. Em *2b*, a lógica é a mesma: *e fez um banco novo*. Há uma coesão, pois o leitor só é levado a crer que o texto faz sentido porque é orientado pelo paralelismo sintático das duas orações, ou seja, ele entende que deve preencher a tal lacuna exatamente com o mesmo verbo usado na primeira oração.

Não se pode, no entanto, dizer que nesse tipo de coesão exista uma co-referência, uma identidade de referente. O evento *tocar violino*, em *2a* não é o mesmo de que se fala em *1a*. Trata-se de eventos diferentes. No exemplo *b.*, também está claro que o *banco* a que se alude em *2b*. não é o mesmo de *1b*. É como se o leitor se orientasse por uma regra como “deve-se preencher a lacuna com o item lexical *banco*, mas não se trata exatamente do mesmo objeto e, sim, de um

outro, dentro da mesma categoria de objetos”. É a essa relação semântica na coesão subjacente a elipses que Halliday & Hasan (1976,89) chamam de co-classificação.

2.1.3.3 CO-EXTENSÃO

Uma terceira relação semântica existente nas cadeias coesivas de um texto, segundo Halliday & Hasan (1976: 89) é a co-extensão, que pode ser explicada a partir do seguinte exemplo:

(2:10)

O tráfico (...) oferece a um **menino** salário de 300 reais por semana. Também proporciona esse **brinquedo** tão desejado que são armas, *status* e até cartaz com as mulheres. (*Revista “Veja”, 26/4/00, p. 186*)

Entre os itens lexicais *menino* e *brinquedo* existe, inegavelmente, um vínculo que dá força coesiva ao texto. Mas também é igualmente inegável que o relacionamento entre esses itens não é de co-referência e tampouco pode ser tido como co-classificação. Ambos os itens lexicais referem-se a algo dentro de um mesmo campo semântico. Mas *menino* e *brinquedo* não se referem à mesma coisa. Há, entre esses itens lexicais, uma relação de co-extensão.

Assim, o conceito de co-extensão amplia em muito as possibilidades de se estender a rede coesiva de um texto. Se entre *árvore* e *flor*, por exemplo, há um vínculo, é possível que dentro de um texto todas as palavras a seguir colaborem para que um texto tenha textura, seja coesivo: *árvore, flor, folha, galho, floresta, fogo, bombeiros*.

A lista acima poderia ser expandida quase que infinitamente. Se se analisar a partir de seus extremos, poderia parecer absurdo afirmar que exista algum vínculo

entre *árvore* e *bombeiros*. Afinal, que relação de sentido pode haver entre essas duas palavras? Obviamente, esses dois itens lexicais não são sinônimos, antônimos ou hipônimos. Podem, no entanto, ser entendidos como partes de um conjunto de itens lexicais organizados hierarquicamente (essa teoria será discutida mais à frente). *Árvore* e *bombeiros* podem estar ligados a *incêndio*. Nessa instância os dois itens lexicais são coesivos. Basta lembrar que num determinado texto uma árvore, ou uma floresta inteira se incendeie e bombeiros sejam chamados para apagar o fogo.

2.2 COESÃO POR SUBSTITUIÇÃO

A substituição, grosso modo, pode ser definida como sendo uma relação em que um elemento *x* ocupa um espaço a ser preenchido por um outro, que aparece anteriormente no texto. Halliday & Hasan (1976) chamam de substituição ao efeito coesivo obtido no inglês com o uso de palavras como *one* e *do*. A substituição é um fenômeno coesivo que, no entanto, não se verifica no português. A elipse exerce, no português, papel bastante parecido com aquele desempenhado pela substituição em inglês. Observe-se abaixo um exemplo de substituição:

(2:11) The Mary's **car** is yellow. My **one** is red.

Nesse exemplo (*O carro de Mary é amarelo. O meu é vermelho*), o item *one* exerce a função de substituir a palavra *car*, ou seja, *one* é o elemento a ser substituído no segundo período do exemplo. Em português, como se pode verificar na tradução (*O carro de Mary é amarelo. O meu é vermelho*) a posição a ser ocupada pela palavra *carro* fica vazia.

No caso da substituição, o que se quer dizer é que o item substituidor - como “one” e “do” - é uma espécie de elemento neutro, um curinga que é usado para se evitar a repetição de um mesmo significante, ou seja, não há identidade de referente; trata-se de uma relação que ocorre dentro do texto. No caso do exemplo (2:11), o “carro” (*car*) que substitui “one” não é, em hipótese alguma, o mesmo carro citado anteriormente (amarelo). É como se se quisesse dizer que o significante é o mesmo, mas o leitor deve entender que o significado deve ser outro. Processo semelhante se verifica com a elipse, mas neste caso é o contexto lingüístico que vai fornecer pistas sobre o elemento que vai preencher o espaço vazio.

Uma vez que a substituição é uma relação definida muito mais no plano gramatical que no semântico, o ponto-chave de tal mecanismo de coesão é a classe gramatical do item a ser substituído. Em inglês, o substituto pode funcionar como substantivo, verbo ou mesmo como uma oração inteira.

2.3 COESÃO POR ELIPSE

Como já se salientou, elipse e substituição são relações coesivas muito parecidas. “Elipse seria uma substituição por zero”, definem Halliday & Hasan (1976: 142). Essencialmente, no entanto, elipse e substituição envolvem, fundamentalmente, o mesmo tipo de relação entre partes de um texto (uma relação entre palavras isoladas ou grupos verbais ou nominais).

Não se pode, no entanto, estender o conceito de elipse para todos os casos em que o leitor tenha de buscar algum elemento exoforicamente (fora do texto). Ao contrário, a elipse tem que ser resolvida pelo contexto lingüístico. Ou seja, a elipse refere-se especificamente a textos cuja estrutura é suficiente para recuperar algum elemento deixado subentendido. Um item elíptico, portanto, deixa lacunas para ser

preenchidas, mas também deixa pistas de como essas lacunas serão preenchidas. Não são elipse, as pressuposições em que o leitor tem que lançar mão, exclusivamente, de seus conhecimentos contextuais exofóricos para compreendê-las. Observe-se o exemplo a seguir:

(2:12) José gosta de pêras; Maria, Ø de maçãs.

Ambas as orações têm estruturas idênticas: sujeito e predicado contendo, por sua vez, complemento verbal (preposicionado). A dedução a respeito do elemento que falta na segunda oração é feita, portanto, baseada no fato de as duas orações possuírem a mesma estrutura gramatical. Assim, o item que falta em “Maria, Ø de maçãs” é retirado da oração anterior, e nela, esse item ocupa a mesma posição e desempenha a mesma função na estrutura gramatical. Não há outra possibilidade de preenchimento da lacuna. A segunda oração apenas pode ser interpretada como *Maria gosta de maçãs*.

Assim como a substituição, a elipse é um relação interna ao texto (endofórica), e normalmente anafórica. Ocasionalmente a pressuposição na elipse pode estar exofórica. É o que se percebe, em estruturas da fala, como em um diálogo em que se aponta para algo do contexto situacional e se diz, por exemplo “*Quero um!*”. Esse tipo de elipse, no entanto, como já se ressaltou aqui, não interessa a este estudo. Traçando-se um paralelo entre referência, substituição e elipse, que são formas de coesão gramatical, pode-se afirmar que as três formas são casos de pressuposição, em que um elemento B é relacionado a um elemento A já mencionado no texto e a ser identificado pelo leitor/ouvinte através de pistas da estrutura gramatical. Assim, a elipse pode ser dividida em três casos: NOMINAL, VERBAL e ORACIONAL. Apesar de essa classificação ter sido elaborada por Halliday &

Hasan (1976) para descrever os casos de elipse em inglês, é possível usá-la também para descrever a ocorrência de tal relação coesiva em português, ainda que os mecanismos de construção de elipse nessa língua não sejam, a rigor, os mesmos do inglês.

A este estudo, no entanto, torna-se mais proveitoso verter os conceitos de elipse para o Português, promovendo adaptações. Além disso, a gramática do Inglês não abona o emprego de elipse do sujeito (sujeito desinencial) que constitui-se também numa forma de elipse dentro do Português. Abaixo, são abordados casos de elipse anafórica e endofórica e deixados de lado os casos de elipse exofórica.

2.3.1 ELIPSE NOMINAL

A elipse de um grupo nominal é aquela em que o elemento pressuposto pela lacuna seja núcleo de um grupo nominal no texto precedente mais os seus modificadores, caso hajam. Como no exemplo:

(2:13)

a. Eu tenho cinco belíssimos quadros originais pintados por Picasso.

b. Eu também tenho Ø.

Aqui, a lacuna em *b.* (Ø) é preenchida com o grupo nominal *cinco belíssimos quadros pintados por Picasso*, que exerce a função de complemento do verbo *ter*, em *a.* É a própria estrutura da frase que fornece a pista para o preenchimento da lacuna. O leitor/ouvinte é capaz de perceber que a estrutura que falta em *b.*, (Ø), é

justamente um complemento verbal direto (não-preposicionado), visto que o verbo é o mesmo usado em *a.*, (ter), e vai buscá-lo em *a.*, ou seja, preenche a lacuna com o complemento do verbo *ter*.

Repare-se que, diferentemente do substituidor “one”, do inglês, estudado anteriormente, a elipse do exemplo acima tem como pressuposto todo o grupo nominal, incluindo núcleo e determinantes (modificadores). Para se comprovar que a elipse pressupõe todo o grupo nominal, basta verificar que a construção abaixo é possível, em português:

(2:14)

a. Eu tenho cinco belíssimos quadros originais pintados por Picasso.

b. Eu também tenho Ø, mas não são originais.

Aqui, o falante entende que a elipse vai pressupor todo o grupo nominal da estrutura anterior, por isso faz a ressalva *mas não são originais*, o que significaria que ele tem cópias de telas de Picasso. Uma característica desse grupo nominal pressuposto pela elipse é que o seu núcleo é preenchido por um item de classe genérica, geralmente indicado pelo artigo indefinido.

Assim, a elipse pressupõe um outro item da mesma classe, ou seja, no exemplo 2:13, os quadros de *b.* não são os mesmos de *a.* Ainda que também sejam originais, são outros quadros. Se em *a.*, por exemplo, em vez de *quadro*, se declarasse ter “a única cópia existente da *Giocanda*”, *b.* teria sentido absurdo.

Dessa forma, a elipse é uma relação entre palavras ou grupos de palavras, contrastando-se com a referência, que é uma relação entre significados. Em outras palavras, a elipse é, normalmente, uma relação textual anafórica e endofórica.

2.3.2 ELIPSE VERBAL

A segunda forma particular de elipse é a elipse verbal, ou seja, aquela cujo elemento pressuposto seja um sintagma verbal. Esse tipo de elipse também tem similar em português como se observa no exemplo:

(2:15)

José estuda alemão. Maria, Ø italiano.

Em 2:15, há elipse do verbo “estudar” (*Maria estuda italiano*). A elipse não parece fazer distinção de número verbal, como no exemplo:

(2:16) José estuda alemão. Maria e Pedro, Ø italiano.

Nesse caso de elipse, o leitor não teria dificuldades para preencher a lacuna com o verbo no plural (*Maria e Pedro, estudam italiano*), embora na estrutura precedente, ele esteja no singular. Isso mostra a essência da relação que envolve a elipse, segundo a qual a lacuna, o espaço vazio deve ser preenchido com a mesma palavra que esteja numa estrutura idêntica, no texto precedente, mas o sentido não deve ser o mesmo. Mesmo quando existem modificadores verbais, ou seja, advérbios, é possível que a elipse também os contemple:

(2:17) José estuda alemão à noite. Maria, Ø italiano.

Aqui, é possível inferir que a lacuna tenha sido preenchida também com o modificador *à noite*: *Maria estuda italiano à noite*.

2.3.3 ELIPSE ORACIONAL

O que se chama aqui de elipse oracional refere-se a casos em que uma estrutura oracional inteira possa estar elíptica, inclusive o sujeito, como no caso de respostas:

(2:18) Você irá à Bahia neste verão? Sim Ø.

Aqui, Ø pressupõe *Eu irei à Bahia neste verão*. Respostas não são, no entanto, o único caso de elipse que pressupõe algo além de grupos nominais ou verbais. Nos exemplos abaixo, os pressupostos das elipses contêm ao mesmo tempo grupos nominais e verbais:

(2:19)

a. O que eles vão plantar nesta área? Ø batatas.

b. Os tucanos decidiram votar contra o projeto. Os petistas não Ø.

Em *a.*, a elipse pressupõe *Eles vão plantar (...) nesta área*. Apesar de extrapolar um grupo nominal, não se pode dizer que esse tipo de elipse fuja ao padrão que se descreve aqui, pois a elipse é resolvida também nesse caso com base na estrutura da oração anterior. Assim, toda a oração anterior, exceto o pronome interrogativo, é repetida para preencher a lacuna. Já em *b.*, toda a oração anterior é repetida (*decidiram votar contra o projeto*), exceto o sujeito (*Os tucanos*).

Embora não seja objeto de estudo específico deste trabalho, é importante observar que a elipse em português possui várias particularidades. Ainda que nos exemplos acima tenha sido feito um esforço para acompanhar, em português, registros de tipos de elipse apontados no inglês, há várias indagações que merecem

trabalhos específicos. É o caso de elipses de núcleos nominais em que um outro elemento, antes modificador, passa a desempenhar o papel que a gramática tradicional reconhece como sendo de núcleo. Isso pode acontecer com numerais, pronomes e adjetivos. Observe-se o exemplo:

(2:20) Dois carros entraram na garagem. Os dois saíram um hora mais tarde.

Apesar de, no caso da segunda frase, *dois* ser reconhecido como sujeito, parece claro que existe uma elipse (*Os dois carros saíram da garagem uma hora mais tarde*). Mesmo porque tal construção não faria sentido sem que o leitor houvesse sido advertido de antemão a que se refere o elemento numerativo *dois*. Imagine-se se não houvesse um pressuposto - um texto anterior em que o leitor pudesse preencher a lacuna com a palavra *carros*? A existência do artigo definido “o”, no caso acima é, sem dúvida essencial para que se chegue à conclusão de que a palavra *carro*, no exemplo, tem de estar elíptica. Como já se ressaltou neste estudo, o artigo definido é por natureza um elemento referencial anafórico. É a sua presença, portanto, que nos leva a pressupor um item nominal que já tenha sido citado no texto. Outro exemplo:

(2:21) Foram entregues vários prêmios aos atletas. O meu eu doe a uma entidade filantrópica.

Aqui também há uma elipse, com o detalhe de que a palavra a preencher o espaço vazio na segunda oração é aquela núcleo do grupo *vários prêmios - prêmios* -, mas no singular. Quanto ao fato de se substituir o espaço vazio pelo núcleo desse sintagma e não do outro (*os atletas*) até se pode argumentar que a escolha obedece

ao valor sintático do elemento no período, ou seja, nas duas situações, *prêmios* e *prêmio* aparecem como sujeito. Talvez essa seja uma forma previsível para se proceder ao preenchimento da lacuna, mas não é, de forma alguma, uma regra. Observe-se o caso a seguir, não raro de se encontrar em textos escritos:

(2:22)

a. A esperança é imprescindível a uma Nação.

b. A nossa, na verdade, vive de esperanças.

Aqui, para se preencher o grupo nominal que perfaz o sujeito em *b.*, não se lançou mão do núcleo do sujeito da oração *a.* Na verdade, o leitor teve que preenchê-lo com o núcleo no complemento nominal (*a uma Nação*). Mesmo nesse exemplo, ainda se pode dizer que a instância primária em que o leitor foi buscar o item para preencher a lacuna é o próprio texto, ou sua estrutura, visto que o elemento empregado está na oração anterior, ainda que não desempenhe mesma função sintática. Observe-se mais um exemplo:

(2:23) Fracassado o casamento, Maria casou-se com outro. João também.

Nesse exemplo, de maneira mais óbvia que no anterior, percebe-se a co-classificação (a expectativa de preencher a lacuna com elemento da mesma classe da de outro já mencionado, mas sem que se refira ao mesmo evento, sem que haja co-referenciação). Parece haver aqui também o que Hasan chama de CO-INTERPRETAÇÃO, ou seja, o leitor tem que interpretar a sentença de acordo com expectativas do autor.

Essa expectativa, por sua vez, pode estar ligada a fatores situacionais. No exemplo acima, a interpretação literal caso se faça a leitura de que o espaço vazio deve ser preenchido com todo o predicado da oração anterior, seria: *João também casou-se com outro*. Isso aponta para a hipótese de que toda anáfora tenha um elo semântico, uma ligação com o contexto situacional.

No exemplo, em questão, é preciso uma inferência com base em um contexto sócio-cultural, para se chegar ao seu sentido mais provável (o de que João tenha-se casado com outra). Mais um exemplo:

(2:24)

_ Eu te amo.

_ Eu também Ø.

Nesse caso, a lacuna deve ser preenchida por *te amo*. Aqui, para que a construção tenha o sentido desejado, o leitor/ouvinte tem de entender a elipse como sendo uma reprodução literal do predicado da oração anterior, em que a repetição não vale para o evento em si, mas para a estrutura, ou seja, o dêitico *te (tu)* deve significar o interlocutor, o destinatário da mensagem.

Os dois exemplos dados ilustram bem um sentido da elipse, de poder representar um significante citado em ambiente idêntico, embora não carregue o seu significado, ou seja, embora não haja identidade de referente.

Todas essas questões que vêm sendo levantadas servem para reafirmar que a elipse deve ser entendida como um conselho do tipo *entenda-se como sendo o mesmo item já citado, mas o evento não é necessariamente o mesmo*, ou seja, “faça as adaptações necessárias”. A questão do alcance da elipse parece estar vinculada

ao grau de paralelismo sintático que existe entre as duas orações, na medida que quanto maior for a similaridade estrutural entre duas orações, maior será a possibilidade de se estabelecer uma relação de elipse entre elas. Os exemplos a seguir lançam luz sobre o que se quer dizer aqui:

(2:25)

- a. Ele quebrou o quadro. O meu \emptyset é amarelo
- b. Ele quebrou o seu quadro. O meu \emptyset é amarelo
- c. Ele quebrou o seu quadro. O meu \emptyset está intacto

Os exemplos estão dispostos pelo grau de probabilidade de que a lacuna possa ser substituída pela palavra *quadro*, formando uma construção aceitável. Em *a.*, há a menor probabilidade de que a lacuna (\emptyset) possa ser substituída por *quadro*, ao passo que a frase *b.* seria mais aceitável caso se substituísse a lacuna por *quadro*. De todos, *c.* é, sem dúvida o exemplo em que a pressuposição de que a elipse se refira a *quadro* parece mais lógica. O que há em comum entre *b.* e *c.* é o fato de em ambos haver maior similaridade na estrutura da frase com as orações precedentes.

Há, principalmente, um contraste em ambos os casos. Em *b.* existe o contraste entre *seu/meu*, que aumenta o grau de similaridade entre as duas frases, forçando a aceitação de *quadro* como provável elemento a preencher a lacuna. Já *b.*, não só possui o contraste entre *seu/meu*, mas também um outro, lexical, entre *quebrou/intacto*.

É esse ambiente estrutural, com alto grau de similaridade nas estruturas das orações que parece corroborar para que um pressuposto sugerido por uma elipse seja resolvido.

2.3.4 ELIPSE DO SUJEITO

Além dos casos vistos de elipse, existe também em português um outro, em que se omite apenas o sujeito de uma oração, deixando-o implícito na desinência verbal. Trata-se de uma relação coesiva em que um elemento - no caso uma marca gramatical: a desinência - faz supor outro elemento noutra parte do texto. Observe-se o exemplo a seguir:

(2:26) **Itamar Franco** fez ontem sua primeira viagem a Brasília depois de eleito governador de Minas Gerais. Itamar afirmou que não vai se encontrar com o presidente Fernando Henrique. Ø **Sugeri**, no entanto, que pode manter contatos com políticos ligados ao PSDB.

O que se chama de elipse no exemplo acima está no trecho Ø *Sugeri*, no entanto, que pode manter contatos com políticos ligados ao PSDB. A elipse é aqui expressa pela omissão do sujeito (*Itamar Franco*). O componente extra que esse tipo de elipse parece ter que o distingue dos outros já discutidos aqui é o fato de que a lacuna é preenchida com base em traços gramaticais de um elemento próximo a ela, ou seja, é a desinência verbal que vai dar a pista de que tipo de elemento preencherá aquela lacuna.

Não é só isso. Na verdade, o verbo do exemplo acima - *sugeri* - indica apenas que o elemento que falta na estrutura da oração deve estar na terceira pessoa do singular. Esse é o componente extra. O restante da operação segue os passos comuns à resolução das elipses em geral, ou seja, saber que o elemento deve estar na terceira pessoa e no singular, por si, não resolve o problema. O leitor precisa também verificar que a posição a ser ocupada é de sujeito, pois se essa variante não

for considerada, o item *Fernando Henrique*, que também está na terceira pessoa do singular poderia ocupar a lacuna. Mantendo-se o paralelismo sintático, no entanto, só é possível preencher a elipse com *Itamar Franco*, que é o único elemento que ocupa a posição de sujeito no texto.

2.4 A CONJUNÇÃO

Há na língua vários elementos que têm como característica fazer conexões com outros elementos já citados no texto - função anafórica - ou que serão citados a seguir, no texto - função catafórica. Essa característica remissiva dá a esses elementos o caráter de ter força coesiva, ou seja, de ser condutores de um assunto, de um tema, dentro de um texto. Já alguns elementos têm também uma força coesiva mesmo não se ligando anafórica ou cataforicamente a um antecedente textual, mas, sim, estabelecendo relações lógicas entre dois enunciados, como no exemplo a seguir:

(2:27)

a. Vágner, do São Paulo, poderia ocupar o lugar de Edu, do Corinthians,

b. mas o parceiro do clube (HMTF), se recusou ontem a custear o salário exigido pelo jogador. (Folha de S. Paulo: p. D3, 29/6/00)

Nesse exemplo, há uma relação coesiva exercida pela conjunção adversativa *mas*. A conjunção indica que as duas orações - *a.* e *b.* - estão ligadas e, ao mesmo tempo, exprime uma idéia de oposição, de disjunção. É claro que nesse caso a relação coesiva não implica apenas duas palavras, mas mantém as duas orações coesas, atadas uma à outra. Existe, portanto, entre as duas orações, uma dependência semântica.

“Conjunctive elements are cohesive not in themselves but indirectly, by virtue of their specific meanings. they express certain meanings wich presuppose the presence of other components in the discourse.”³

Halliday & Hasan (1976: 226)

É claro que a relação lógica que uma conjunção vai estabelecer entre duas orações pode existir ainda que nenhuma conjunção seja empregada de fato. É possível que apesar de não se usar uma conjunção, o autor consiga imprimir a duas oração uma relação de disjunção ou de conclusão, por exemplo. Com efeito, o exemplo 2:27 poderia ser assim reescrito:

(2:28)

- a. Vágner, do São Paulo, poderia ocupar o lugar de Edu, do Corinthians.
- b. O parceiro do clube (HMTF), se recusou ontem a custear o salário exigido pelo jogador. (Folha de S. Paulo: p. D3, 29/6/00, adap.)

A partir de pistas do texto e de conhecimentos contextuais, o leitor é capaz de suprir a falta da conjunção, e imprimir às orações a relação coesiva lógica.

2.4.1 TIPOS DE CONJUNÇÃO

Halliday & Hasan (1976: 230) alertam para o fato de que é complicada a missão de enumerar tipos de relações estabelecidas por conjunções. Segundo eles, há várias maneiras de inventariar tais relações. Eles preferem reuni-las em quatro

³“As conjunções não são, em si, coesivas, mas o são de maneira indireta, devido ao seu significado. (...) Elas expressam significados que pressupõem a presença de outros elementos no discurso.”

categorias que consideram básicas: CONJUNÇÕES ADITIVAS, ADVERSATIVAS, CAUSAIS e TEMPORAIS. Para os autores, haveria outras possibilidades de sub-classes de relações conjuntivas ligadas a essas quatro, como a *alternativa*, que seria uma subcategoria da aditiva.

Enveredar por essas subcategorias, não é intenção deste estudo, que tem como objetivo principal a análise da coesão lexical. Halliday & Hasan (1976: 242), no entanto, dedicam-se a explicar as relações lógico-semânticas sub-reptícias às quatro categorias básicas descritas acima.

As relações coesivas exercidas pelas conjunções não são “fóricas” (anafóricas ou catafóricas), como acontece na referência, na substituição e na elipse. As conjunções representam vínculos semânticos entre os elementos do texto que conectam.

CAPÍTULO 3

OS MODELOS DE KOCH E FÁVERO

3.1 O MODELO DE KOCH

O modelo teórico de Koch (1989) a respeito da coesão faz um apanhado geral sobre estudos ligados ao assunto e dedica destaque ao modelo de Halliday & Hasan (1976), mas classifica os mecanismos de coesão dentro de apenas duas modalidades, chamadas pela autora de *coesão referencial* e *coesão seqüencial*.

Apesar de não perder de vista as teorias de Halliday & Hasan (1976) sobre coesão textual - “Obra que se tornou clássica sobre o assunto”, segundo a autora -, Koch (1989) faz uma releitura dos mecanismos de coesão, em que, substancialmente, redistribui os conceitos de Halliday & Hasan (1976) nas categorias já mencionadas - Referenciação e Seqüenciação. Assim, a autora não vê a coesão lexical como um mecanismo de coesão independente.

3.1.1 A REFERENCIAÇÃO

A autora define coesão referencial como sendo aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro elemento do universo textual. Para Halliday & Hasan (1976), são elementos de referência apenas aqueles itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso a sua interpretação. Assim, existem elementos pressupostos e elementos pressuponentes. Koch (1989), por sua vez, apresenta, em seu modelo teórico, uma gama de formas de remissão, possíveis em português.

A autora classifica essas formas em: formas remissivas *referenciais e não-referenciais*. Para Koch, formas remissivas referenciais são aquelas que, além de indicarem conexões, como concordância de número e gênero, também indicam um sentido, um significado. Assim, um elemento do léxico que seja utilizado para se referir a um item já citado é uma forma remissiva referencial.

Seria o que Halliday & Hasan (1976) chamam de coesão lexical. Já formas remissivas não-referenciais são aquelas que não fornecem ao leitor instruções de sentido (de significado), mas apenas instruções de conexões. É o caso de artigos e pronomes.

Há uma diferença nas acepções do termo “referência” tomadas por Koch e Halliday & Hasan. Para estes últimos, referência é a relação de sentido que se estabelece entre duas formas na superfície do texto. Nesse aspecto, seria estranho falar em formas remissivas não-referenciais. Já Koch, toma como conceito de referência a relação que se estabelece entre uma forma lingüística e seu referente extralingüístico. Um pronome pessoal, por exemplo, não remete a uma significação imediata no contexto extralingüístico, por isso é uma forma remissiva, mas não-referencial. Segundo o modelo de Koch, as formas remissivas não-referenciais

podem ser *presas ou livres*.

3.1.1.1. FORMAS REMISSIVAS NÃO-REFERENCIAIS PRESAS

São formas que vêm relacionadas (presas) a um nome, com o qual concordam em gênero e/ou número. É o que Mattoso Câmara chama de formas dependentes.

Dentro desse grupo, estão:

- ARTIGOS DEFINIDOS (*o, a*) E INDEFINIDOS (*um, uma*).
- PRONOMES ADJETIVOS, que podem ser demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos e o pronome relativo *cujo*.
- NUMERAIS CARDINAIS E ORDINAIS, em casos em que estejam em função adjetiva, ou seja, determinando um nome.

3.1.1.2. FORMAS REMISSIVAS NÃO-REFERENCIAIS LIVRES

As formas não-referenciais livres são aquelas que não acompanham um nome dentro de um grupo nominal, mas que são utilizadas para fazer remissão. São formas remissivas desse tipo:

PRONOMES PESSOAIS DE 3ª PESSOA (*ele, ela*)

(3:1) *As crianças estão viajando. Elas só voltarão no final do mês*

(Koch, 1989: 37)

PRONOMES SUBSTANTIVOS

Demonstrativos: Koch (1989) subdivide os pronomes

demonstrativos em dois grupos. No grupo 1 estão os pronomes *este, esse, aquele, tal* e *o mesmo*, que concordam em número e gênero com o elemento a que se referem:

(3:2) *Os candidatos foram convocados por edital. Os mesmos deverão apresentar-se, munidos de documentos, até o dia 25.*

(Koch, 1989: 38)

No grupo 2 estão os pronomes *isto, isso, aquilo* e *o*, que remetem a fragmentos oracionais, orações, enunciados, ou a todo o contexto anterior:

(3:3) *Pedro será promovido, mas terá de aposentar-se logo a seguir. Foi o que me revelou um amigo do governo.*

(Koch, 1989: 38)

Possessivos: *meu, teu, seu, nosso, vosso, dele*

(3:4) *Esta é a minha opinião sobre o assunto. E a sua, qual é?*

(Koch, 1989: 39)

Indefinidos: *tudo, todos, nenhum, vários, cada um, cada qual*, etc.

(3:5) *Trouxeram-lhe flores, doces, presentes. Foi tudo em vão.*

(Koch, 1989: 38)

Interrogativos: *quê?, qual?, quanto?*

(3:6) *Vamos conhecer melhor o continente em que vivemos.*

Quantos e quais são os países da América do Sul?

(Koch, 1989: 38)

Relativos: *que, o qual, quem*

(3:7) *Cerca de mil pessoas compareceram à homenagem, dentre as **quais** se destacavam políticos e esportistas célebres.*

(Koch, 1989: 38)

NUMERAIS CARDINAIS

(3:8) *Antônio, José e Pedro estudam desde pequenos. Os **três** pretendem formar-se em Medicina.* (Koch, 1989: 40)

NUMERAIS ORDINAIS

(3:9) *Haverá prêmios para os melhores trabalhos. O **primeiro** será uma viagem à Europa.* (Koch, 1989: 40)

NUMERAIS MULTIPLICATIVOS

(3:10) *Na semana passada, Renata ganhou 100 cruzados novos na loteria. Hoje, Mariana ganhou o **dobro**.* (Koch, 1989: 40)

NUMERAIS FRACIONÁRIOS

(3:11) *Os bens do excêntrico milionário ontem falecido foram assim distribuídos: **um terço** para o seu cãozinho de estimação e **dois terços** para instituições filantrópicas.* (Koch, 1989: 40)

ADVÉRBIOS PRONOMINAIS

Trata-se de formas remissivas como *lá, ali, aí, aqui, onde*.

(3:12) *Perto do parque há um pequeno restaurante. **Lá** se reúnem muitos jovens ao entardecer.* (Koch, 1989: 41)

EXPRESSÕES ADVERBIAIS

Segundo Koch, expressões como *acima, abaixo, a seguir, assim, desse modo*, etc, são formas que funcionam remissivamente.

(3:13) *Luciano acha que a desonestidade não compensa. Pena que sua mulher não pense **assim**.* (Koch, 1989: 44)

3.1.1.3 FORMAS REMISSIVAS REFERENCIAIS

São aquelas que, além de trazerem instruções de conexão, também fornecem indicações no nível da referência, ou seja, são elementos que têm um sentido. São formas desse tipo:

EXPRESSÕES OU GRUPOS NOMINAIS DEFINIDOS

Trata-se de grupos nominais introduzidos pelo artigo definido e que exercem função remissiva:

(3:14) *Reagan perdeu a batalha no Congresso. **O presidente dos Estados Unidos** vem sofrendo sucessivas derrotas políticas.*

(Koch, 1989: 45)

Este é um tipo de referência em que, segundo Koch (1989), um grupo nominal opera uma disjunção das propriedades que caracterizam o referente, ou seja, a ativação do referente é parcial, pois em *O presidente dos Estados Unidos*, Reagan está mais caracterizado. É necessário, portanto, levar em consideração todo o contexto para se entender a remissão.

NOMINALIZAÇÕES

Trata-se de nomes deverbais, através dos quais se remete ao verbo e a argumentos da oração anterior:

(3:15) *Os grevistas paralisaram as atividades da fábrica. A paralisação durou uma semana.* (Koch, 1989: 46)

EXPRESSÕES SINÔNIMAS OU QUASE-SINÔNIMAS

(3:16) *A porta se abriu e apareceu uma menina. A garotinha tinha olhos azuis e longos cabelos dourados.* (Koch, 1989: 46)

NOMES GENÉRICOS (PALAVRAS DE SENTIDO GERAL)

Koch (1989) chama de nomes genéricos palavras como *coisa, pessoa, fato, evento, fenômeno*.

(3:17) *A multidão ouviu o ruído de um motor. Todos olharam para o alto e viram a coisa se aproximando.* (Koch, 1989: 46)

HIPERÔNIMOS

(3:18) *Vimos o carro aproximar-se. Alguns minutos depois, o veículo estacionava diante do Palácio do Governo.* (Koch, 1989: 46)

FORMAS REFERENCIAIS COM LEXEMA IDÊNTICO AO NÚCLEO DO SN ANTECEDENTE, COM OU SEM MUDANÇA DE DETERMINANTE

Trata-se da reativação de um item lexical através de sua repetição, ou seja é o mesmo que Halliday & Hasan (1976) chamam de reiteração por repetição.

(3:19) *Os cães são animais de faro apuradíssimo. Por isso, os cães são excelentes auxiliares da polícia.* (Koch, 1989: 47)

FORMAS REFERENCIAIS CUJO LEXEMA FORNECE INSTRUÇÕES DE SENTIDO QUE REPRESENTAM UMA CATEGORIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES DE SENTIDO DE PARTES ANTECEDENTES DO TEXTO

Por meio desse conceito, Koch (1989) refere-se ao emprego de termos lexicais que resumam um enunciado anterior. Trata-se de uma espécie de palavra de sentido geral.

(3:20) *Imagina-se que existam outros planetas habitados. Essa hipótese tem ocupado a mente dos cientistas desde que os OVNI's começaram a ser avistados.* (Koch, 1989: 47)

FORMAS REFERENCIAIS EM QUE AS INSTRUÇÕES DE SENTIDO DO LEXEMA CONSTITUEM UMA CLASSIFICAÇÃO DE PARTES ANTERIORES OU SEGUINTE DO TEXTO NO NÍVEL METALINGÜÍSTICO.

Esse conceito se refere a formas de referenciação que lidam com formas metalingüísticas:

(3:21) *Então, o marido ergueu-se, dizendo: “Vai embora, mulher, não existe mais nada entre nós”. Esta frase ficou martelando-lhe na cabeça por um longo tempo.* (Koch, 1989: 47)

ELIPSE

Koch (1989) classifica também a elipse do sujeito, em português dentro do seu conceito de referenciação:

(3:22) *Os convidados chegaram atrasados. (∅) Tinham errado o caminho e custaram a encontrarr alguém que os orientasse.* (Koch, 1989: 47)

3.1.1.4 COESÃO POR SEQÜENCIACÃO

Além da referenciação, Koch (1989) apresenta um segundo tipo de coesão: a *seqüenciação*. É importante destacar que na seqüenciação os elementos não têm função remissiva.. Sob esse rótulo, a autora arrola vários procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem relações semânticas entre várias partes do texto. Segundo Koch (1989), a construção da rede coesiva se faz, além da remissão, também pelas relações de sentido, que vão sendo tecidas, como oposição ou contraste, finalidade ou meta, conseqüência, localização temporal, adição de argumentos ou idéias etc.

Os mecanismos empregados para se assinalar tais relações de sentido entre partes de um textos são vários. Koch (1989) aponta como recursos de seqüenciação, a *repetição* de um mesmo item lexical sem a intenção remissiva, o *praralelismo sintático*, a *paráfrase*, a *recorrência a recursos fonológicos*, como a rima, a *recorrência aos modos e tempos verbais*, a *exploração de um mesmo campo semântico* (ou frame), a *progressão temática* e o *uso de conjunções*, entre outros.

3.2 O MODELO DE FÁVERO

O modelo de Fávero é similar àquele defendido por Koch (1989). A diferença está na maneira como a autora organiza os mecanismo de coesão. Fávero mantém a *coesão referencial* e divide a seqüencial em dois grupos: a *coesão seqüencial* propriamente dita e *coesão recorrencial*. Segundo Fávero, a coesão referencial pode ser obtida através da substituição e da reiteração. A substituição é a retomada de um item no texto por meio de um elemento gramatical, como um pronome pessoal ou mesmo a elipse. Já a reiteração, no modelo de Fávero, é um tipo de referenciação feito através de itens lexicais.

Na verdade, a coesão recorrencial nasceu de uma costela da seqüenciação. O que a autora faz é nomear de seqüencial apenas os recursos de interligação de partes do texto que se fazem por seqüenciação temporal e por seqüenciação por conexão. Fávero (2000: 33) chama de **seqüenciação temporal** o emprego de elementos que, dentro do textos, irão relacionar enunciados, assinalando ordenações temporais. Seriam verbos ou expressões do tipo *primeiramente, depois disso, amanhã, hoje* etc. **Seqüenciação por conexão** é o emprego de operadores que vão conectar, relacionar enunciados dentro do texto, como as conjunções e sinais de pontuação, como vírgulas e dois-pontos.

Como se pode perceber, Koch e Fávero não tratam a lexicalização como um mecanismo independente de coesão. Segundo as autoras, a coesão lexical é uma forma de referenciação. Na verdade, Koch e Fávero, longe de negar o modelo de Halliday & Hasan (1976), redimensionam-no. Grosso modo, dividem a coesão em dois grandes grupos: aquele em que há remissão e aquele em que não existe um elo remissivo, uma identidade de referente. Dentro da seqüenciação de Koch (1989) estão a coesão por conjunção e a colocação (exploração de um mesmo campo semântico), que em Halliday & Hasan (1976) constituem mecanismos independentes de coesão.

PARTE II

A COESÃO LEXICAL

INTRODUÇÃO

A coesão textual é o fio condutor do tema; a continuidade temática depende desse recurso. Por isso é inegável a importância de se compreender como se processa a coesão, mesmo porque o domínio de tal recurso pode se revelar como um potente mecanismo de elaboração de textos. Se existem poucos trabalhos sobre o tema coesão textual, aqueles voltados mais especificamente para a coesão lexical - como se processa, qual a sua real importância - são ainda mais escassos. Um estudo detalhado, confrontando as teorias existentes sobre o assunto e como a coesão lexical é tratada na prática, pode, pois, apontar problemas relevantes para um campo importante, que é o da produção de textos.

Nesta sua segunda parte, este trabalho foi dividido em quatro capítulos - 4, 5, 6 e 7. No capítulo 4 será discutido o conceito de coesão lexical. Já os capítulos 5 e 6 apresentam, respectivamente, a coesão lexical por reiteração e a coesão lexical por colocação. O capítulo 7 é composto de análises de textos produzidos por alunos no que concerne à elaboração da rede coesiva.

CAPÍTULO 4

O CONCEITO DE COESÃO LEXICAL

Na primeira parte deste trabalho foram descritos os tipos de coesão gramatical: *a referência, a substituição, a elipse e a conjunção*. A coesão lexical completa o modelo de Halliday & Hasan (1976), descrito no quadro a seguir, sobre a coesão textual:

RELAÇÕES COESIVAS TEXTUAIS (não estruturais)	
GRAMATICAL	LEXICAL
I. REFERÊNCIA pronominal artigo definido demonstrativa comparativa	IV. LEXICAL • REITERAÇÃO: repetição sinônimo hiperônimo/hipônimo palavras de sentido geral • COLOCAÇÃO
II. SUBSTITUIÇÃO & ELIPSE	
III. CONJUNÇÕES	

Fig. 1

A coesão lexical é o efeito coesivo que é ativado pela seleção de um item vocabular para se referir a algum elemento do texto com o qual tenha alguma relação de sentido. Ela distingue-se dos elementos usados para se processar a coesão gramatical porque não é feita por itens cuja função quase que exclusiva seja a de reativar itens em um texto, como pronomes, ou seja, o léxico é um grupo aberto, com uma gama enorme de possibilidades. Um elemento lexical não é, por si, coesivo. Ele adquire esse traço dentro do texto, ao passo que a coesão gramatical se processa a partir de itens gramaticais, ou seja, pela escolha dentro de um sistema fechado.

Para ilustrar o que se está dizendo sobre coesão gramatical X coesão lexical, observe-se um exemplo, em que o espaço em branco deverá ser preenchido por um elemento que tenha *Itamar Franco* como referente.

(4:1). **Itamar Franco** finalmente decidiu seu futuro político. _____ vai disputar o governo de Minas.

Há, pois, a opção de se processar a coesão pelo emprego de itens coesivos de duas naturezas: gramatical - mais provavelmente o pronome *Ele* ou a elipse - e lexical: palavras ou expressões como *Itamar Franco*, *ex-presidente*, *ex-embaixador em Portugal*, *político mais importante de Juiz de Fora*, *fundador da República do Pão-de-queijo* e muitas outras.

Em todas as sugestões de elemento lexical apresentadas há necessariamente o acompanhamento do artigo *o*. Isso se justifica porque há uma identidade de referente. Por isso há o acompanhamento do artigo definido ou por qualquer outro determinante referencial anafórico.

A escolha entre que elementos gramaticais empregar para se processar um efeito coesivo é feita dentro de um sistema fechado. Já a opção por termos lexicais, é algo complexo, porque o léxico é um conjunto aberto, permitindo combinações e associações com o nível contextual da língua. E, provavelmente, corre-se o risco de se optar por um termo lexical que não seja compreendido por este ou por aquele leitor. Na escolha entre termos gramaticais, há um número fixo de possibilidades, um limite entre o que é e o que não é possível. É Por isso que se diz que o gramatical é um sistema fechado e o lexical, um conjunto aberto.

No léxico, não somente há um maior número de elementos, como também não existe uma linha que possa ser traçada entre aqueles que admitem ser escolhidos e aqueles que não o admitem. Pode-se dizer que há apenas elementos mais prováveis e elementos menos prováveis.

A opção pela repetição - *Itamar Franco* para reativar *Itamar Franco* - geralmente é evitada. Na prática, evita-se esse tipo de coesão sobretudo quando há uma proximidade com o referente. E descartada a repetição, raramente se vê em textos, como aqueles produzidos em aulas de redação, a escolha de outro termo lexical, prefere-se optar pela coesão gramatical, através de pronome pessoal.

Na verdade, a repetição não tem a mesma função que as outras formas de coesão lexical, que seria a de, além de realizar a coesão, servir de caminho para a inserção de informações novas no texto. No exemplo 4:1, em questão, todas as outras palavras ou expressões, que não *a repetição de Itamar Franco*, dão entrada para dados novos. É o que acontece, por exemplo, quando se empregam os elementos *político mais importante de Juiz de Fora, fundador da República do Pão-de-queijo*. Nesses casos, o autor entra com novas informações sobre *Itamar Franco*, o que não acontecer quando se opta pelo pronome *ele* ou pela repetição.

Mas são todos esses elementos frutos de uma escolha nascida a partir de observações mais específicas. Por conseguinte, também são de uso mais restrito. Em cada caso, pretende-se referir chamando-se a atenção para aspectos, particularidades diferentes do comportamento de Itamar. Existe entre *Itamar Franco* e *Ele*, no exemplo 4:1, repetido abaixo,

(4:1). **Itamar Franco** finalmente decidiu seu futuro político. _____ vai disputar o governo de Minas.

um vínculo que se pode chamar de REFERÊNCIA. Já entre *Itamar Franco* e *ex-presidente*, há outro tipo de vínculo: o emprego de uma palavra que, no contexto, funciona como uma espécie de sinônimo. É esse tipo de coesão que Halliday & Hasan (1976) chamam de **coesão lexical por reiteração** (capítulo 5).

A coesão lexical parece ser por excelência um tipo de coesão estritamente da escrita. Mais do que um simples recurso de referência, esse tipo de coesão revela posicionamentos do autor, além de refinada elaboração textual. No exemplo 4:1, a opção por *político mais importante de Juiz de Fora* ou *fundador da República do pão de queijo*, para se referir a *Itamar Franco*, não pode ser analisada apenas como uma escolha aleatória entre várias possibilidades de reativação. Há nisso uma intencionalidade. A opção por um item lexical revela dados sobre os conhecimentos prévios do autor, bem como sobre suas intenções. A lexicalização para criar efeito coesivo não é um recurso que se possa dizer corriqueiro. Ao contrário, sua enorme gama de possibilidades é muitas vezes ignorada na escrita e pouco se observa na fala.

Apesar disso, trabalhos acerca de questões relacionadas ao léxico e sua

função coesiva são raros. Os elementos de referência - como os pronomes - têm posição bem mais privilegiada na pauta de estudos sobre coesão lingüística. Com efeito, não é de se espantar que as relações gramaticais tenham destaque nas análises de redações feitas em nossas escolas. Observações acerca do léxico ficam muito mais no campo estilístico. Como se fez na primeira parte deste estudo, também nesta os conceitos que permeiam a coesão serão retirados basicamente do modelo de Halliday & Hasan (1976). Os autores definem da seguinte forma a coesão lexical:

“Lexical cohesion consists in selecting the same lexical item twice, or selecting two that are closely related. The two instances may or not have the same referent; but the interpretation of the second will be referable in some way to that of the first.”⁴

Halliday & Hasan (1976: 12)

Tal definição evidencia que os termos da relação léxica tanto podem se tratar de elementos lexicais idênticos - a repetição do mesmo item lexical - quanto termos relacionados por compartilharem morfemas ou por dividirem o mesmo campo de significação. Nenhum item lexical é, por si, coesivo, mas a sua relação com outro elemento do texto é que lhe dá força coesiva, ou seja, um item qualquer se torna coesivo a partir do momento em que pressupõe outro item no texto. Trata-se, como se vê, de um terreno bem mais complexo, em que estão envolvidas muitas questões instigantes. Não é tarefa fácil definir como e por que um elemento lexical tende a

⁴“A coesão lexical consiste na seleção do mesmo item léxico duas vezes, ou na seleção de dois itens que sejam relacionados entre si. Nos dois casos, pode ou não haver uma identidade de referente, porém, a interpretação do segundo item será sempre relacionada, de alguma forma, à do primeiro.”

exercer força coesiva se usado em conjunto com um outro. O exemplo 2:10, repetido abaixo, dá uma mostra de o quanto é amplo e complexo o campo da coesão lexical:

(2:10)

O tráfico (...) oferece a um **menino** salário de 300 reais por semana. Também proporciona esse **brinquedo** tão desejado que são armas, *status* e até cartaz com as mulheres. (Revista *Veja*: 26/4/00, p. 186)

No texto, percebe-se um tipo de relação coesiva de natureza diferente daquelas em que há elementos remissivos. É o caso do elo que existe entre *menino* e *brinquedo*, por exemplo. Esses dois itens lexicais não têm o mesmo referente, ou seja, dentro do texto, eles não designam o mesmo ser, não têm a mesma identidade. Tampouco são sinônimos. Mas a interpretação de *brinquedo* depende de *menino*. O leitor “sabe” que os dois itens lexicais estão, de certa forma, interligados. Caso contrário, não consideraria o aparecimento da palavra *brinquedo*, naquela altura do texto, previsível e aceitável.

Pode-se dizer que o leitor associa as duas palavras por ter conhecimento de que são parte de um conjunto. E isso cria um efeito coesivo do tipo lexical. Mesmo as palavras *armas* e *tráfico* também têm efeito coesivo. Todas estão ligadas por um vínculo qualquer que as faz coesivas entre si. O exemplo acima ilustra o caso mais instigante da coesão lexical: a COLOCAÇÃO, que será discutida no capítulo 6. Antes, porém, é necessário expor e analisar cada tipo de coesão lexical, conforme a nomenclatura de Halliday & Hasan (1976).

A escolha entre diferentes tipos de coesão a ser empregados é, em primeira

instância, uma opção entre empregar elementos **gramaticais** ou **lexicais** (Halliday, McIntoshi, & Strevens, 1974). Pode-se acrescentar que essa opção estaria diretamente relacionada não só ao **co-texto** (contexto lingüístico), mas também ao **contexto situacional** (contexto extra-lingüístico). A escolha entre um elemento gramatical - como um pronome pessoal ou demonstrativo - para se realizar a coesão e um elemento lexical não é feita aleatoriamente. Isso porque a seleção de um termo gramatical, para efeito de se fazer referência, é uma seleção dentro de um conjunto muito mais limitado que aquele que compreende o léxico, como já foi ressaltado. A opção por um item lexical revela intenções do autor, tomadas de posição, ou seja, traduz seu grau de envolvimento com o assunto abordado no texto. Tome-se o seguinte exemplo:

*(4:2) Tocando violão, **Gustavo Kuerten** comemorou até as 5h da madrugada de ontem a conquista do bicampeonato em Roland Garros. Após a vitória sobre o sueco Magnus Norman, **ele** foi homenageado com uma festa no hotel Ritz. (Folha de S. Paulo: p. D1 13/6/00)*

Gustavo Kuerten é retomada no texto através do pronome *ele*, ou seja, faz-se uma referência anafórica que se traduz em um tipo de coesão gramatical. O exemplo, no entanto, poderia ser reescrito alterando-se a maneira como o item lexical *Gustavo Kuerten* é reativado. Seria possível usar uma gama muito grande de elementos lexicais, em vez do pronome, como, por exemplo, o *tenista brasileiro*:

*(4:3) Tocando violão, **Gustavo Kuerten** comemorou até as 5h da madrugada de ontem a conquista do bicampeonato em Roland Garros. Após a vitória sobre o sueco Magnus Norman, **o tenista brasileiro** foi homenageado com uma festa no hotel Ritz. (Folha de S. Paulo: p. D1 13/6/00, adap.)*

Além de *o tenista brasileiro*, poderiam ser usados *o número 1 do mundo*, *o jogador*, *o catarinense*. É óbvio, no entanto que para fundamentar todos esses elementos seria necessário mais texto, ou seja, o leitor precisaria de mais informações acerca de *Gustavo Kuerten* para poder julgar lógica a sua reativação no texto através deste ou daquele elemento lexical.

O que se quer explicar com tudo isso é que a coesão através de elementos lexicais é uma porta aberta para que se dê entrada a novos dados no texto ou para que se reativem informações já fornecidas anteriormente, como, no caso do exemplo, o fato de *Gustavo Kuerten* ser o líder no *ranking* dos tenistas ou ter nascido em Santa Catarina. Usando-se esses itens lexicais, o autor não só estaria reativando *Gustavo Kuerten*, mas também relembrando ao leitor dados que já haviam sido expostos anteriormente no texto.

É importante também observar que caso se reativasse *Gustavo Kuerten* com algum desses elementos, um dado, uma particularidade, estaria sendo destacada, ou seja, além de elemento coesivo, esse item lexical que se vincularia a *Gustavo Kuerten* também poderia ser um argumento. Explicando-se melhor: a informação de que *Gustavo Kuerten é o número 1 do mundo* ou *catarinense* poderia influir em julgamentos feitos pelo leitor acerca do jogador. Isso talvez fique mais claro no exemplo a seguir:

(4:4) De Paulo Maluf sobre *Marta Suplicy*: “Lamento que *a madrinha de casamento de homem com homem* faça agressões de baixo nível, no debate político.” (*Folha de S. Paulo*: p. A4, 12/8/00)

Ao usar a expressão *a madrinha de casamento de homem com homem*, para

se referir a *Marta Suplicy*, o ex-prefeito de São Paulo, *Paulo Maluf*, adversário político de *Marta*, faz alusão indireta a um projeto apresentado em plenário pela então deputada federal *Marta Suplicy*, em que ela propunha a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Com a opção pelo item coesivo em questão, *Maluf* expõe um ponto de vista através do qual é possível fazer inferências não apenas a respeito de *Marta Suplicy*, como também acerca dele próprio. Esse exemplo mostra que a opção pela coesão lexical pode também revelar um mecanismo de modalização do texto. A expressão usada por *Paulo Maluf* para reiterar *Marta Suplicy* denuncia, na definição de modalização de Lyons (1977: 61), “a sobreposição no enunciado de uma coloração atitudinal particular, indicativa do envolvimento do locutor no que está dizendo e do seu desejo de impressionar ou convencer o auditor”.

4.1 TIPOS DE COESÃO LEXICAL

Halliday & Hasan (1976) subdividem a coesão lexical em REITERAÇÃO e COLOCAÇÃO. A coesão lexical por reiteração, por sua vez, pode ser expressa de várias formas, como exposto no quadro a seguir, a ser detalhado mais adiante:

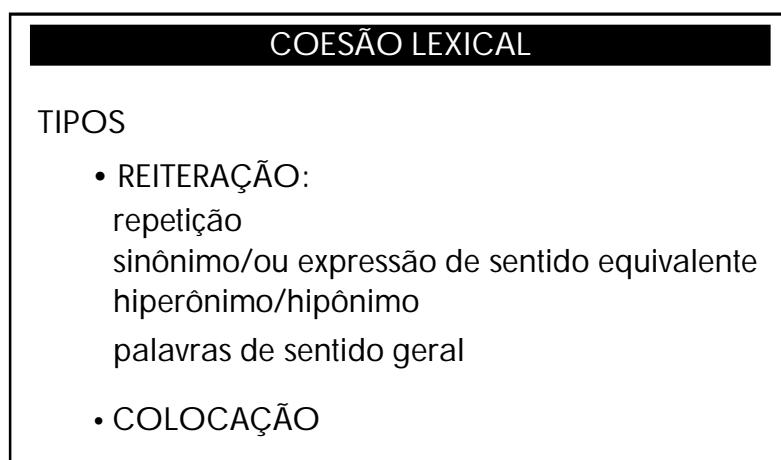


Fig. 2

De acordo com Halliday & Hasan (1976), uma palavra é reiterada no contexto por sua simples repetição, por uma palavra sinônima ou equivalente ou ainda por hiperônimos e hipônimos. Além disso, palavras de sentido geral, como *evento*, *coisa*, podem ser coesivas, sem serem, no entanto, sinônimos do elemento a que se referem. Qualquer que seja o tipo de coesão lexical por reiteração haverá sempre, o fato de que um item lexical pressupõe outro já citado no texto.

Além da reiteração, Halliday & Hasan (1976) também descrevem como capaz de criar um elo coesivo lexical em um texto, o que chamam de coesão por COLOCAÇÃO. Na colocação, duas palavras poderiam ser coesivas mesmo que não tenham um referente em comum ou ainda, mesmo que não tenham sido empregadas com o intuito deliberado de se criar um elo coesivo. Isso aconteceria porque tais palavras teriam tendência em co-ocorrer em ambientes parecidos. Ou seja, trata-se de itens lexicais que, embora não sejam escolhidos com o propósito de se ativar um outro item já mencionado no texto, mantêm um vínculo coesivo entre si. É o que ilustra o exemplo 4:5

(4:5) Assessor do governador (*Itamar Franco*) contou ontem a jornalistas que FHC prepara a retomada de **Minas**. Na surdina, o Exército estaria treinando os seus homens na região do Vale do Ribeira. (...) Embora **Minas** se declare disposta a resistir até o último **pão de queijo**, (...) (*Folha de S. Paulo*: p. A2 22/6/00)

Aqui, os itens léxicos grifados mantêm vínculos coesivos. Esse vínculo, no entanto, não é do tipo classificado anteriormente como reiteração, como se pode observar. Apesar disso, é inegável que a força coesiva manifestada pela colocação

contribui para a textura do texto. A expressão *resistir até o último pão de queijo* só faz sentido porque o item lexical *pão de queijo* tende a ocorrer em conjunto com o item *Minas Gerais*. Se o texto tratasse do estado da Bahia, seria possível a construção *resistir até o último acarajé*.

É claro que a relação criada por Halliday & Hasan (1976), acerca dos tipos de coesão lexical, tem muito mais o intuito de simplificar e orientar o estudo sobre tal tipo de coesão do que de apresentar um esquema fechado sobre uma questão que se apresenta tão ampla e farta em ramificações.

CAPÍTULO 5

A REITERAÇÃO

A reiteração é uma forma de coesão lexical que envolve a reativação de um item lexical dentro de um texto, por meio de elementos do léxico. Essa reativação poderia ser explicada como se fizesse parte de uma escala em que, em um extremo estivesse a repetição, como sendo a maneira mais específica e clara de se reativar um item lexical e no outro extremo o uso de palavra de sentido geral, que seria a forma mais ampla de se reativar algo dentro de um texto. Para se comprovar isso basta lembrar o exemplo da palavra “coisa” que, em português, praticamente serve substituir tudo.

Pois bem, nessa escala imaginária da reiteração que se propõe acima, entre a repetição e o uso de palavras gerais estariam as outras formas de reiteração: o uso de sinônimos ou palavras de sentido aproximado e de hiperônimos/hipônimos. Além dessas formas de reiteração, formalizadas por Halliday & Hasan (1976), este estudo também analisa como reiteração a recorrência a nominalizações, a metonímias e à antonomásia.

5.1 REITERAÇÃO POR REPETIÇÃO

Ao se analisarem as possibilidades de elaboração da coesão lexical, é possível arrolá-las seguindo-se um grau ascendente de complexidade e incidência. Ou seja, de todas as formas de se estabelecer a coesão lexical, a reiteração por repetição é a mais previsível através de que esse tipo de coesão se expressa. Tanto é que dentre as formas de coesão lexical, a repetição é a preferida em textos orais. Isso, é claro, contanto que o termo reiterado seja o mesmo que o antecedente e não um homônimo.

Halliday & Hasan (1976), no entanto, chamam a atenção para o fato de que o que difere uma coesão gramatical, como a referência, da coesão lexical não é o fator clareza. Não se pode dizer qual seja, dentre as formas de coesão aquela que seja mais clara e objetiva. Isso depende do contexto. Basta lembrar que o uso de palavras de sentido geral, como “coisa” e “problema” está longe de ser uma reativação de um item lexical através de outro específico e claro, mas, mesmo assim, palavras de sentido geral podem servir sem problemas à coesão textual. Mesmo a ambigüidade, que é um dos “efeitos colaterais” que o uso de pronomes como elementos de referência podem trazer, é possível de acontecer com a repetição. Basta imaginar um texto em que se tenha mais de um elemento representado pelo mesmo item lexical. Reiterá-lo através da repetição pode gerar ambigüidade.

Mas uma característica da coesão por reiteração - e que não deixa de ser uma vantagem - é o fato de que a distância, dentro do texto, entre duas ocorrências lexicais coesivas, pode ser maior que a distância que separa elementos vinculados gramaticalmente (pela referência, substituição ou elipse, por exemplo). Isso porque, dentro de um texto, um pronome, como “ele”, por exemplo, tem mais possibilidades de causar efeitos de ambigüidades, caso se separe do antecedente a que se refere por uma distância longa, pois entre o pronome e seu antecedente haverá, logicamente,

outras palavras que, potencialmente, poderiam ser o seu referente. Há, no entanto, um fato particular na reiteração por repetição que diz respeito à repetição de nomes próprios, como no exemplo a seguir:

(5:1) Kuerten pode ficar só uma semana no topo. Kuerten optou por retornar ao Brasil após o título na França. (*Folha de S. Paulo*: p. D1 13/6/00)

Como ter certeza de o *Kuerten* da segunda oração é o mesmo da primeira? Segundo Halliday & Hasan (1976: 81), não há como ter certeza, pois particularmente a repetição de nomes próprios não é uma instância em que se tem clareza de que a identidade dos itens seja a mesma. “Se se quer clareza, nesse caso, é melhor usar o pronome *ele*”, recomendam. O pronome, como elemento referencial, orienta o leitor para o fato de que o que se declara numa frase refere-se ao mesmo indivíduo já citado anteriormente.

O problema está no fato de que quando se repete um nome próprio, perde-se o componente referencial da relação coesiva, que é o artigo definido “o”. Tal artigo indica que um elemento já foi anteriormente introduzido no texto, ou seja, que ele é conhecido do leitor. Isso não quer dizer que a repetição de um item lexical só seja coesiva caso haja identidade de referente. Aceitar esse pressuposto seria assumir que a coesão lexical seja apenas um caso de referência.

Há casos de coesão lexical que não dependem de identidade de referente, inclusive casos de reiteração por repetição em que os dois elementos não se referem à mesma coisa, mas, mesmo assim, existe coesão, como nas situações em que há INCLUSÃO, EXCLUSÃO E NÃO-RELAÇÃO (Halliday & Hasan, 1976: 283), como se explica a seguir.

5.1.2 INCLUSÃO, EXCLUSÃO E NÃO-RELAÇÃO

Embora a coesão por repetição seja a forma mais freqüente, dentre as opções de coesão lexical, nem sempre o emprego da mesma palavra ou expressão duas vezes em um texto significa que essas palavras ou expressões tenham o mesmo referente, sejam co-referenciais. A segunda ocorrência de um item lexical pode estar fazendo referência a uma classe mais ampla, e a primeira ocorrência pode estar ligada à segunda por inclusão e não como um item que tenha a mesma identidade. Observem-se os exemplos a seguir, elaborados especificamente para ilustrar o que se explica:

(5:2)

a. Todos esperavam a fala dos governadores. O depoimento dos governadores poderia decidir o futuro do país.

Nesse exemplo, a segunda incidência de *os governadores* constitui uma alusão aos mesmos governadores, ou seja, há uma CO-REFERENCIAÇÃO, a identidade é a mesma. Isso não acontece no exemplo a seguir:

b. Todos esperavam a fala dos governadores. Depoimentos de governadores são sempre cercados de grande expectativa.

Nesse caso, *governadores* - da segunda oração - refere-se à “classe dos governadores”, que inclui a primeira vez em que a palavra aparece, mas não é uma co-referência, ou seja, não há correspondência de identidade, como em *a.* Apesar disso, as relações estabelecidas em *b.* são também coesivas. Segundo Halliday &

Hasan (1976: 282) há uma idéia de INCLUSÃO, ou seja, *governadores* inclui *os governadores*, por isso, existe um vínculo que tem força coesiva. Já no exemplo *c.*, o item lexical “governador”, apesar de se repetir, indica, na verdade, uma EXCLUSÃO. Mesmo assim, há o efeito coesivo:

c. Todos esperavam pela fala do governador. Os outros governadores estavam apreensivos.

Portanto, um item lexical pode ter efeito coesivo em relação a outro mesmo se os dois não tiverem o mesmo referente. A força coesiva entre dois itens lexicais idênticos é muito grande, ainda que não se refiram à mesma coisa, porque o seu conteúdo semântico faz alusão a algum conceito comum. Assim, a segunda ocorrência de um item lexical em um texto pode significar que esse item tenha o mesmo referente que o primeiro, que ele inclua o primeiro, exclua-o, ou que apenas faça uma referência aparentemente de não-relação a outros seres daquela categoria, como no exemplo abaixo:

d. Todos esperavam pela fala do governador. A maioria dos governadores adora aparecer para a imprensa.

Nesse caso, não se pode assegurar que “o governador” citado na primeira frase esteja incluído na segunda, embora, apoiado no contexto situacional, o leitor possa fazer suas inferências, tanto incluindo quanto excluindo o tal governador do rol dos que “adoram aparecer”. Trata-se de uma ocorrência do mesmo item lexical, mas indiferente à citação inicial. Há, sem dúvida, um elo entre os dois itens lexicais porque referem-se a um conceito comum. Trata-se de uma relação textual criada

simplesmente porque uma palavra se repete, pouco importando a referência semântica exata. Esses aspectos da reiteração por repetição não passam despercebidos a Halliday & Hasan (1976).

“A lexical item, therefore, coheres with a preceding occurrence of the same item whether or not two have the same referent, or indeed whether or not there is any referential relationship between them.”⁵

Halliday & Hasan (1976: 283)

Os autores reforçam o fato de que a ocorrência de dois itens lexicais idênticos na forma terá força coesiva ainda que não haja co-referência:

“Properly speaking, reference is irrelevant to lexical cohesion. It is not by virtue of any referential relation that there is a cohesive force set up between two occurrences of a lexical item; rather, the cohesion exists as a direct relation between the forms themselves (and thus is more like substitution than reference).”⁶

Halliday & Hasan (1976: 284)

Halliday & Hasan (1976) consideram, portanto, todas essas relações referenciais

⁵“Um item lexical estabelece uma relação coesiva com uma ocorrência precedente do mesmo item, caso tenha ou tendo ou não ambos o mesmo referente; havendo ou não qualquer relacionamento referencial entre eles.”

⁶“A referência é irrelevante à coesão lexical. Não é pelo fato de haver uma relação referencial que há força coesiva entre duas ocorrências de um item lexical; a coesão existe como uma relação direta entre as formas em si (e isso é mais parecido com substituição do que com referência).

indiretas, entre as formas de um mesmo termo, que vêm sendo discutidas aqui, como sendo plenamente coesivas. A única condição aventada pelos autores para que haja um impacto coesivo é que as ocorrências dos itens lexicais aconteçam próximas, dentro do texto. Não há, por parte dos autores, uma proposta de medidas precisas para essa distância.

5.2 REITERAÇÃO POR SINÔNIMOS

Além da retomada de um elemento do texto através de sua repetição, Haliday & Hasan (1976) também citam a possibilidade de se empregarem sinônimos na construção da rede coesiva. Observe-se o texto a seguir:

(5:3)

O diabo das 8

A falta de um vilão de peso vem sendo um problema recorrente nas últimas novelas das 8. Na anterior, Torre de Babel, Cláudia Raia assustava menos do que a zaga da seleção brasileira. Em Suave Veneno, Letícia Spiller, na pele de Maria Regina, até que começou bem, ou seja, má. Porém, depois que se apaixonou pelo “beija-flor” Ângelo Antônio, derreteu-se como manteiga na frigideira. Para acabar de vez com a festa, o autor Aguinaldo Silva resolveu apelar para o diabo. Sim, ele mesmo, o capiroto, o beijudo, o coisa-ruim. Desde a semana passada, o *marchand* e falsificador de quadros Marcelo Barone, vivido por Fulvio Stefanini, interpreta a encarnação terrena do príncipe das trevas.

O único que poderá deter sua trilha de maldades é Uálber (Diogo Vilela), o paranormal gay que é o campeão de popularidade da novela. Aguinaldo promete que os dois personagens terão vários embates nos próximos capítulos. O primeiro será nesta quarta-feira, em que Uálber, que tem medo até de barata, irá dizer “xô satanás”, com a ajuda de seu assistente, o afetado Edilberto (Luís Carlos Tourinho). Na cena, brandindo um castiçal, Edilberto espantará o rabudo com a frase: “Tire as patas de

meu senhor”. Para as semanas seguintes, Aguinaldo promete brigas com efeitos especiais.

Não é a primeira vez que o canhoto é personagem de novela. Em *Olho por Olho* (1993), no horário das 7, um adolescente interpretado por Nico Puig tentava espantar o cão-miúdo expelindo raios vermelhos pelo olhar. Usando esse artifício, conquistou a personagem de Patrícia de Sabrit, mas a trama virou um pastelão e naufragou. Apesar desse revés, Aguinaldo Silva confia no carisma do belzebu. “No Brasil, as pessoas acreditam que o diabo realmente interfere em nossa vida, mais até que os santos”, aposta ele. Ainda não está definido se o nem-sei-que-diga irá engrajar-se com alguma das beldades da novela. É possível que se alie a Letícia Spiller, que assim voltaria a seu papel original de vilã. O duelo final entre o cujo e Uálber está previsto para o último capítulo. Quem irá vencer? “Só Deus sabe”, brinca Fulvio Stefanini.

(Revista *Veja*: 11/8/99)

No texto, o item lexical *diabo* é reiterado através de sinônimos 12 vezes e uma vez através de repetição, como se pode ver no quadro abaixo.

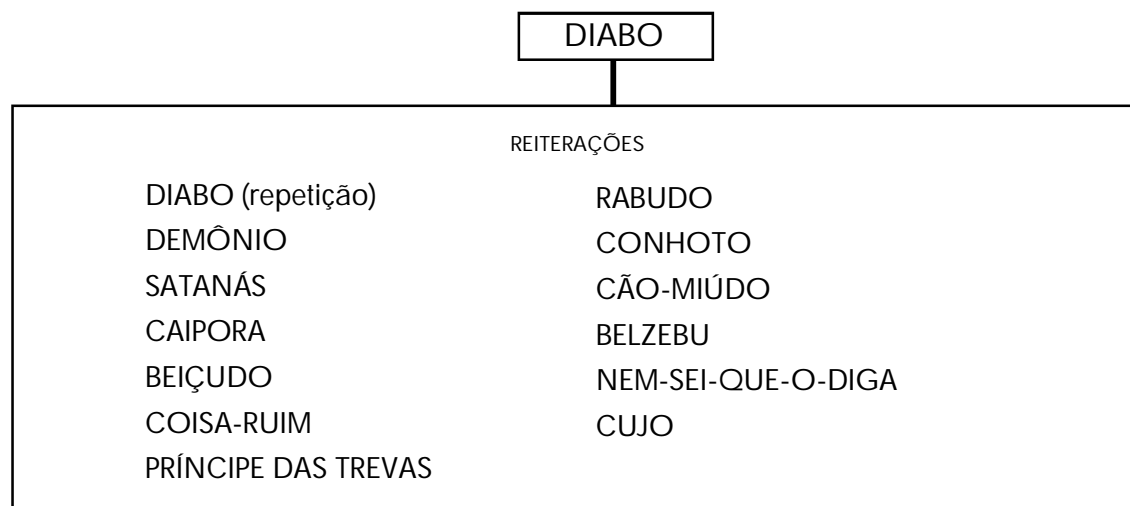


Fig. 3

No caso específico do texto do exemplo, percebe-se que o fato de haver tão farto emprego de sinônimos para *diabo* é muito mais uma estratégia textual do que

a necessidade de reiteração propriamente dita. O autor quis enfatizar o tema do texto e ao mesmo tempo reafirmar a tese de que o diabo é bastante popular. Para isso, são empregados, na sua maioria, expressões tacitamente aceitas como sinônimas de *diabo*. Algumas mais populares, como *demônio* e *satanás* e outras nem tanto, como o inusitado emprego do pronome *cujo* (*O duelo final entre o **cujo** e Uálber está previsto para o último capítulo*).

Além dos sinônimos, outros elementos ligados ao item *diabo*, contribuem para a coesão no texto. Palavras e expressões como *maldades* e *raios vermelhos* estão, de certa forma, relacionadas ao tema do texto. Retornando à questão dos sinônimos como forma de reiteração, o texto nos mostra que a noção de sinônimo com que se trabalha aqui é mais ampla do que aquela compartilhada pelo senso comum. Falar em sinônimos como elementos de reiteração é fazer alusão a um fenômeno bem mais amplo que a simples substituição de um termo por outro que, segundo o dicionário, tenha “o mesmo sentido”.

É claro que não se trata de uma relação tão formal como a substituição ou a elipse. Mesmo assim pode-se dizer que a estrutura do texto ajuda a se estabelecerem os vínculos entre os vários sinônimos e o elemento com que mantêm a co-referenciação. Não se pode, no entanto, explicar a maneira pela qual o leitor consegue fazer as relações entre os vários sinônimos pelas suas funções sintáticas.

Esse não seria um critério confiável para se defender a tese de que é a organização, a hierarquia da frase que leva o leitor a entender as pressuposições. Ainda que um elemento reiterado apareça em determinada parte do texto como sujeito e na outra como complemento verbal, certamente as duas ocorrências serão consideradas coesivas.

O que parece, pois, ser a grande pista que sugere ao leitor como interpretar

todas as reiteraões feitas a *diabo*, no texto que está servindo de exemplo, é a presença do artigo definido. Tal artigo indica ao leitor que o elemento em questão é algo já citado ou presumivelmente já conhecido dele.

Ao se deparar com um item determinado pelo artigo definido, o leitor faz sua conexão com elementos endofóricos ou exofóricos, que possam satisfazer a pressuposição. No caso de conexões endofóricas, parece presumível que o leitor tenda a vincular o item lexical determinado pelo artigo definido a um elemento já apresentado previamente como tema do texto, caso contrário, o autor deve sinalizar o fato de o artigo estar-se referindo a outro elemento.

5.2.1 SINONÍMIA TEXTUAL

Falar em sinonímia mesmo sem se levar em conta o fenômeno da coesão já é algo complicado, devido ao caráter discutível de tal conceito. É importante ressaltar que a noção de sinônimo empregada por este estudo não se refere ao senso comum atribuído à sinonímia. Não se está, de forma alguma, preconizando-se que existam palavras capazes de substituir outra sem alteração de sentido.

Aqui, fazem-se referências a palavras ou a expressões que num dado discurso tenham sentido equivalente. E, em nível de discurso, os sinônimos são bastante numerosos, podendo servir ao propósito de se efetuar a coesão.

Assim, a sinonímia a que se refere aqui se estabelece no interior do discurso e não tem de ter, obrigatoriamente, nenhuma significação fora dele. Observe-se o texto seguinte:

(5:4)

(...) Com “Xibom Bombom”, The Girls fundam a axé de protesto.

Há reivindicação (“mas eu só quero educar meus filhos/ tornar um

cidadão com muita dignidade”, hien?, como é que é?) e a conclusão á lancinante: “E o motivo todo mundo já conhece/ é que o de cima sobe e o de baixo desce”. (...), é claro que elas aproveitam para subir e descer suas **carlas-perez**. (...) A axé mudou de sexo e a vez é do Sandy, eps, Xandy, que é moço, grande, forte e quando canta (...) realmente também rebola sua **scheila**. (SANCHES, Pedro Alexandre, *Folha de S. Paulo*: p. E6, 6/4/00)

No texto, os termos *carla-perez* e *scheila* parecem estar sendo empregados como sinônimos de *nádegas* ou *quadril*. Isso mostra o quanto o texto, ancorado no contexto situacional, permite ao autor criar sinônimos muito além daqueles previstos e institucionalizados pelos dicionários. Não se pode negar que essa amplitude da noção de sinônimo amplia também a possibilidade de se reiterar um elemento dentro do texto.

Portanto, a sinonímia a que se refere aqui é um fenômeno puramente textual e se constitui num componente indispensável ao texto. Com efeito, ao se produzir um texto - e os professores que trabalham com redação podem sentir de perto o “sofrimento” dos alunos quanto a isso - há uma preocupação constante em evitar a repetição de uma mesma palavra.

Essa preocupação, no entanto, geralmente é explicada com base em “pruridos estilísticos”, ou seja, argumenta-se geralmente que não se deve repetir uma palavra porque “soa mal”.

É comum exigir que, ao produzir um texto, as pessoas não só não se repitam palavras como também sejam criativas ao se reativar um elemento no texto. Uma saída simples é empregar os sinônimos previsíveis, como se encontram no dicionário. Até certo ponto foi o que se fez no exemplo a seguir:

(5:5) Deluca deverá apresentar um relatório para a FIFA sobre a questão da **equipe** do Gama. Excluído da Série A do Brasileiro, o **time**, por intermédio de terceiros, recorreu à Justiça comum. (*Folha de S. Paulo*: p. D2, 13/6/00)

Aqui, o item *equipe* é reiterado a partir de um sinônimo - *time*. Mas para efeito de reiteração, não se deve visualizar sinônimo apenas como itens que possam, segundo dicionário, ser consideradas “com o mesmo sentido”. Como nem sempre se é possível encontrar um “sinônimo de dicionário” sob medida, não é incomum que o autor do texto se veja numa situação difícil: *como dar continuidade ao texto se não há sinônimo para o termo que se pretende empregar?* A consciência de que os sinônimos podem nascer dentro do texto seria uma saída para esse tipo de dilema.

A questão, porém, é bem mais complexa: saber criar construções que se tornam sinônimas dentro de um contexto requer não só domínio de estratégias de elaboração de textos, como também um relativo conhecimento sobre particularidades a respeito do tema. Observe-se no exemplo a seguir - elaborado especificamente para se ilustrar o que se defende aqui - como a estratégia de se criar um texto a partir de uma determinada alegoria possibilita ao seu autor criar sinônimos inusitados:

(5:6) “**Noiva**” da eleição do Rio de Janeiro, a deputada Jandira Feghali (PC do B), resolveu definir só no último minuto se sobe no altar com um dos dois partidos que a cortejam - **PT** ou **PDT** - ou se lança sua própria candidatura à prefeitura. Se houver uma coligação, o **noivo** escolhido receberá de dote 80 segundos diários no horário eleitoral gratuito. (...) “**A noiva** está muito tranqüila”, afirma **Jandira**, que na vida pessoal é casada. (...) (*Folha de S. Paulo*: p. A3, 24/6/00)

Repare-se que *noiva* é apenas contextualmente equivalente a *Jandira Feghali*,

ou seja, dentro da alegoria criada para o texto - que compara o assédio de partidos políticos à deputada a uma corte de namorados, *noiva* serviu como um sinônimo de *Jandira Feghali* e *noivo*, por sua vez, é usado para se referir a *PT* e *PDT*. Mesmo o item lexical *deputada* não é, a rigor, sinônimo de *Jandira Feghali*. Diferentemente de *noiva*, não é a estratégia textual que faz *deputada* competente para ser co-referencialmente ligada ao nome, mas, sim, o contexto situacional.

Há, portanto, uma co-interpretação (Halliday & Hasan, 1989), que é uma estratégia de interpretação do texto. O leitor entra no mundo do texto e aceita as pressuposições do autor, aceita suas designações, suas sugestões de entidades referenciais numa situação discursiva específica. A “criação de sinônimos”, nem sempre tem a sua lógica explicada pelo próprio texto. Há elementos usados para se reiterar outros que se fundamentam em conhecimentos prévios do leitor. Observe-se o exemplo a seguir:

(5:7) A produção de *Angélica* é que realmente está arrancando os cabelos. De outubro do ano passado até agora, a *namorada de Maurício Mattar* perdeu mais da metade de seu ibope. (*Revista Veja*: p. 164, 21/6/00)

Aqui, o “sinônimo” empregado para se referir a *Angélica* é a informação de que a apresentadora namora o ator *Maurício Mattar*. Para fazer sentido, o leitor tem de ter o conhecimento prévio sobre o namoro. É claro que num texto curto como esse, ainda que o leitor não tenha tal conhecimento prévio, é capaz de entender o pressuposto; a própria estrutura da frase permite isso, pois *Angélica* parece ser mesmo o único item que pode ser reiterado daquela forma, ou seja, não há no texto

concorrentes que possam ocupar o lugar na pressuposição sugerida por *Maurício Mattar*. Houvesse dentro do texto uma distância maior entre os dois termos, a pressuposição ficaria comprometida.

Também para a reiteração feita por sinônimos existem as idéias de IDENTIDADE (ter o mesmo referente), INCLUSÃO, EXCLUSÃO e NÃO-RELAÇÃO, observados no estudo da reiteração por repetição. É o que se comprova nos exemplos a seguir, criados a partir da frase em 5:8:

(5:8) Fernando Henrique Cardoso disse que abandona a vida pública em 2002.

- a. O *presidente* alega que já fez a sua parte.
- b. *Presidentes* do Brasil sempre dizem que gostariam do anonimato.
- c. O *presidente* da Argentina, ao contrário quer voltar em 2003.
- d. Boa parte dos *presidentes* sonha em perpetuar-se no poder.

Em *a.*, foi usado um sinônimo - *presidente* - para se reiterar *Fernando Henrique Cardoso*. Há uma IDENTIDADE entre os dois elementos, ou seja, os dois itens são co-referenciais. Já no caso de *b.*, assumindo-se que a frase faça parte do mesmo texto a que pertence 5:8, existe também um elo coesivo. *Fernando Henrique Cardoso* é relacionado ao item *presidente* pelo fato de os dois itens lexicais poderem aparecer como “sinônimos”. Não há, no entanto, uma co-referenciação, uma referência específica, direta. Pode-se dizer, sim, que *presidente*, em *b.*, inclua *Fernando Henrique Cardoso*.

Em *c.*, de modo algum parece haver uma identidade de referente. Embora

também exista uma relação de sentido entre o item *presidente* e *Fernando Henrique Cardoso*, nesse caso, diferentemente de *a.* e *b.*, não se podem estabelecer vínculos entre os itens *presidente* e *Fernando Henrique Cardoso*. Nesse caso, o vínculo coesivo sugere uma relação de exclusão entre os sinônimos. Em *d.*, finalmente, tem-se uma relação de não-relação. Não há como saber se *Fernando Henrique Cardoso* está incluído ou não em *boa parte dos presidentes*.

5.2.3 AMBIGÜIDADE

O que se percebe dessa análise é que a coesão por reiteração pode tornar-se menos objetiva e mais vaga de acordo com o elemento lingüístico escolhido. Isso porque o vínculo entre dois itens lexicais dentro do texto depende do contexto situacional, depende de conhecimentos particulares, específicos, do leitor. É o caso, por exemplo, de se referir a *Fernando Henrique Cardoso* como *presidente*. Não há aí uma garantia de identidade de referência (co-referência). Basta imaginar um leitor que não saiba que *Fernando Henrique Cardoso* seja presidente do Brasil. É claro que, nesse caso, poderiam concorrer duas circunstâncias:

1. Caso antes do termo *presidente*, o texto cite outros nomes, além de *Fernando Henrique Cardoso*, o leitor pode ficar em dúvida quanto a qual dos nomes citados anteriormente refere-se *presidente*.

2. E, em segundo, seria o caso de o leitor imaginar que *presidente*, no texto, seja uma referência exofórica, isto é, a alguém fora do texto.

Mesmo que o leitor saiba quem é o presidente do Brasil, um texto que referencie *Fernando Henrique Cardoso* como presidente pode tornar-se confuso caso o contexto situacional imediato do leitor dê margens para que ele vincule o

termo *presidente* a um outro referente. Observe-se o exemplo:

(5:9) A presidência da Fiat informou que receberá a visita de Fernando Henrique Cardoso. O *presidente*, no entanto, não quis dar detalhes do evento.

Nesse caso, a escolha do item lexical *presidente* para se processar a coesão gerou uma ambigüidade. Tomando-se apenas o texto como aparece acima, é totalmente previsível que o leitor fique confuso e não saiba se deve entender *presidente* como uma referência ao presidente da Fiat ao a *Fernando Henrique Cardoso*, presidente da República. E essa dubiedade não se deve apenas ao fato de se ter empregado a palavra *presidência*, que pressupõe a existência de um presidente. Imagine o texto reescrito da seguinte forma:

(5:10) A Fiat informou que receberá a visita de Fernando Henrique Cardoso. O *presidente*, no entanto, não quis dar detalhes do evento.

Se o texto acima circular dentro da empresa - *Fiat* -, o termo presidente ainda assim pode causar ambigüidade, pois dentro daquele contexto podem ser comuns as referências ao presidente da empresa como *o presidente*. Assim, o leitor poderia ligar esse elemento, exoforicamente, ao presidente da empresa ou endofórica e anaforicamente a *Fernando Henrique Cardoso*. Segundo Halliday & Hasan (1976), nesses casos o leitor opta pela interpretação que “faz sentido” para ele, visto que não há traços gramaticais no texto que apontem para uma solução. A coesão gramatical tampouco assegura a compreensão sem o risco da ambigüidade. No texto a seguir, extraído do jornal *Folha de S. Paulo*, o leitor que não tenha um conhecimento prévio sobre o assunto pode ser levado a uma interpretação falsa

devido ao emprego incomum do pronome *Ele* para se processar a referenciação:

(5:11)*a*

Barros fica em 2º em GP de San Marino

Alexandre Barros completou a 11ª etapa do Mundial de motociclismo, categoria 500 cc, 26 centésimos de segundo atrás do espanhol Alex Crivillé. *Ele* ampliou sua vantagem no Mundial (tem 215 pontos contra 153 de Kenny Roberts). (*Folha de S. Paulo*: p. D4, 6/9/99)

À primeira vista, o texto dá a entender que *Ele* refere-se a Alexandre Barros. Mas quando se verifica a classificação do campeonato, publicada no mesmo jornal, verifica-se que *Ele* é, na verdade, Alex Crivillé:

(5:11)*b*

Tabela do Campeonato 500 cc após o GP de San Marino

1. Alex Crivillé (ESP) 215
2. K. Roberts (USA) 153
3. T. Okada (JAP) 151

(*Folha de S. Paulo*: p. D4, 6/9/99)

Se quisesse evitar a ambigüidade, o autor da nota poderia ter lexicalizado a referência a Alex Crivillé, usando algo como *O piloto espanhol*. Halliday & Hasan (1976) sugerem que o leitor, para interpretar a referência empregue como critério o fato de que o item de referência (*Ele*) manteria a mesma função na estrutura da oração que o elemento a que ele se refere. Ou seja, um item referente que funcione como agente numa estrutura oracional, refere-se a um elemento também agente em

outra oração. Há casos, no entanto, em que, mais do que esse paralelismo funcional, o leitor leva em conta a lógica, ou seja, “se isso faz ou não sentido”, como nos exemplos:

(5:12) Os policiais perseguiram os ladrões. Eles os pegaram.

(adap. de Halliday & Hasan, 1976: 310)

Nesse caso, o leitor aplica não só a lógica segundo a qual *Eles* deve referir-se ao elemento agente da oração anterior, mas também o fato de parecer mais lógico que os policiais apanhem os bandidos e não o contrário - que os bandidos apanhem os policiais.

5.3 REITERAÇÃO ATRAVÉS DE HIPERÔNIMOS E HIPÔNIMOS

Já foi visto até aqui que a coesão pode se dar pela reiteração e por colocação. Como maneiras de se reiterar um elemento dentro do texto, Halliday & Hasan (1976) relacionam a repetição do mesmo item lexical, o uso de sinônimos, de hiperônimos/hipônimos (super-ordenados) e palavras de sentido geral. Neste estudo já se ressaltaram, dentre os casos de coesão lexical, a reiteração por repetição e por sinônimos.

São também coesivos pares de palavras como *flor* e *rosa* ou *carro* e *Gol*, que constituem uma relação paradigmática de sentido, ou seja, trata-se de uma relação entre um elemento léxico específico ou subordinado (*Gol*; *rosa*) e um elemento léxico mais geral ou super-ordenado (*carro*; *flor*).

Tem sido comum chamar tal relação, genericamente, de hiponímia ou hiperonímia. Assim, um elemento lexical mais geral (super-ordenado) é hiperônimo de outro mais específico e este, por sua vez, é hipônimo do super-ordenado. Os exemplos a seguir foram elaborados para ilustrarem esse caso:

(5:13)

a. A polícia apreendeu o **carro** no centro da cidade. O **Gol** azul estava com o número de chassi adulterado.

b. Maria Célia não se conteve ao receber as **rosas** de Cláudio. Ela depositou delicadamente as **flores** sobre a mesa da sala.

c. O **boi** tentou escapar, mas não conseguiu. A multidão que corria pelas ruas de Pamplona conseguiu alcançar o **animal**.

Nos exemplos acima, são super-ordenados *carro*, *flores* e *animal*. O exemplo *a.* é o único caso dos três em que se usa um hipônimo para se reiterar o seu super-ordenado ou hiperônimo (*carro* é reiterado por *Gol*). Os pares super-ordenados apresentam essa versatilidade, que não parece alterar a força coesiva existente entre cada um de seus membros.

A escolha entre usar primeiro o elemento mais amplo ou o mais específico parece ser uma mera opção dentro da estratégia do texto. Em *b.* e em *c.* usam-se super-ordenados (*flores* e *animal*, respectivamente) para se reiterar um hipônimo - *rosas* e *boi*, nessa ordem.

5.4 PALAVRAS DE SENTIDO GERAL

As palavras de sentido geral, que Halliday & Hasan (1976: 275) classificam também como uma forma de reiteração, são de natureza bastante parecida com os elementos super-ordenados. A diferença está no nível de generalização a que se prestam. As palavras de sentido geral são uma espécie de curinga, que serve para substituir outras palavras ou enunciados inteiros. São, no entanto, de sentido bem mais amplo que os super-ordenados.

A palavra *coisa*, por exemplo, presta-se a tantos “hipônimos” que é difícil imaginá-la como hiperônimo de alguma categoria lexical específica. Observe-se, por exemplo, a relação entre os super-ordenados *carro e flor* e seus respectivos hipônimos *Gol e rosa*, para ficar com um exemplo conhecido. Pode-se dizer que *Gol* é um tipo de carro e que *rosa* é um tipo de *flor*.

Essa fórmula, com algumas adaptações - como em *voar* e *andar* são maneiras de *locomover* - pode ser usada para se verificar se se trata de casos de super-ordenado, e não pode ser aplicada com a palavra *coisa*, por exemplo. As palavras de sentido geral são, portanto, um tipo diferente de reiteração que não pode ser classificado como um caso de hiperonímia/hiponímia. São várias as palavras ou expressões que podem ser classificadas como *de sentido geral*, no exemplos a seguir, a palavra *evento* é empregada para reiterar o item *convenção*:

(5:14)

Covas foi a ausência mais notada da **convenção**. Segundo Geraldo Alckimin, que tem apenas 4% das intenções de voto, um resfriado teria impedido o governador de comparecer ao **evento**. (*Folha de S. Paulo*: p. A11, 26/6/99)

Em determinados casos, palavras genéricas, como *coisa*, *evento*, *fato*, *ato*, *idéia*, *problema*, serão usadas para reiterar um enunciado inteiro e não apenas um elemento já citado, como no exemplo abaixo:

(5:15)

a) *A Argentina impediu a entrada de vários produtos brasileiros. O fato repercutiu negativamente no Mercosul.*

Mais uma vez é importante lembrar que nos casos de reiteração haverá sempre o artigo definido ou pronome demonstrativo (elementos anafóricos) antes do segundo elemento de um par de itens de reiteração. Isso demonstra que a palavra de sentido geral em si não tem força coesiva, mas a adquire quando associada ao determinante anafórico.

5.5 OUTROS CASOS DE REITERAÇÃO

A análise de textos em português, quanto a sua textura, é capaz de nos revelar efeitos coesivos que, pelo menos à primeira vista, nos parecem fugir à gama de possibilidades proposta pelo modelo de Halliday & Hasan (1976). Trata-se dos casos relacionados a seguir como sendo recorrências a **nominalização**, **metonímia** e **antonomásia**.

5.5.1 NOMINALIZAÇÃO

Observe-se o seguinte texto:

(5:16) A participação dos investidores estrangeiros na Bolsa de Valores de São Paulo caiu de 25,1% em 98 para 22,3% no ano passado. *O recuo*

foi registrado apesar da desvalorização cambial de 33% em 99, que tornou as ações brasileiras mais baratas em dólar.

Apesar disso, o saldo final dos investimentos estrangeiros foi positivo. A entrada de recursos atingiu R\$ 2,231 bilhões. No ano anterior, saíram do país R\$ 2,621 bilhões.

O resultado foi o segundo melhor do Real, superado só pelo de 96, quando os investimentos externos na Bovespa somaram R\$ 3,379 bilhões.

Analistas explicam **a queda proporcional** da participação estrangeira pela ação dos investidores locais, que estão optando pela bolsa devido à queda de ganhos com as aplicações de renda fixa. (*Folha de S. Paulo*: p. A1, 6/1/00)

Repare-se nos seguintes trechos do texto: “*A participação dos investidores estrangeiros na Bolsa de Valores de São Paulo caiu de 25,1% em 98 para 22,3% no ano passado. O **recuo** foi... (...) Analistas explicam **a queda proporcional** da participação estrangeira pela ação dos investidores locais, ...*”

Aqui, os itens lexicais **recuo** e **queda** referem-se à mesma coisa: ao fato de a participação estrangeira na Bolsa de Valores de São Paulo ter caído em 1999. Esse elo é responsável pela força coesiva existente entre as partes do texto, pois mantém a unidade temática. Está claro, pois, que os elementos **recuo** e **queda** são uma forma de reiteração.

Não parece de todo certo, no entanto, enquadrá-los nos tipos de reiteração discutidos anteriormente. Embora se assemelhem a palavras de sentido geral, **recuo** e **queda** têm uma característica peculiar, que é o fato de serem palavras cognatas de verbos - *recuar* e *cair* -, o que seria um componente distintivo desses termos.

O elo existente entre *queda* e *cair* ou entre *rucuo* e *recuar* é uma nominalização de um verbo. Na verdade, *queda*, no texto, não se refere ao ato de *cair* simplesmente, mas ao fato de os investimentos na Bolsa de Valores de São Paulo terem caído. É diferente. Trata-se da reiteração de algo bem mais amplo. Observe-se outro exemplo desse tipo de reiteração aqui chamada de nominalização:

(5:17) *Seis mil pessoas deixaram o país. A debandada* tem preocupado o governo.

Aqui, parece ainda mais absurdo dizer que *debandada* possa ser sinônimo apenas de *deixar* ou de *deixar o país*. Na verdade, o termo reitera toda a frase anterior (*Seis mil pessoas deixaram o país*). No exemplo, se apenas uma ou duas pessoas deixassem o país, certamente não se trataria de uma *debandada*. Ainda que se possa definir o que se vem chamando aqui de nominalização, de um *sinônimo frasal*, só o fato de se sugerir esse tipo de nomenclatura já é um reconhecimento de que se trata de um tipo de reiteração diferente daqueles relatados anteriormente neste estudo.

Poder-se-ia ainda argumentar que o que se vem discutindo aqui não é nada mais que um caso de uso de palavras de sentido geral, visto que tal elemento lexical também é capaz de substituir um enunciado, como no exemplo:

(5:18)

A Argentina impediu a entrada de vários produtos brasileiros. O fato repercutiu negativamente no Mercosul.

A diferença está no fato, já aludido, de que no caso discutido neste tópico, o

item lexical é forjado a partir de um verbo (como *queda*, de *cair*; *luta*, de *lutar*, *batalha*, de *batalhar*), ao passo que a palavra de sentido geral também é capaz de reiterar um enunciado, mas sem usar um item lexical específico, criado a partir de algum verbo. Com efeito, Gill Francis (1994: cap. 6) chama a atenção para o fato de que nominalizações - que ele chama de *labelling* - são também recursos de coesão lexical. Segundo esse autor, o *labelling* é um tipo de recurso coesivo muito freqüente em discursos argumentativos, por isso se verifica bastante na imprensa.

5.5.2 METONÍMIA

Também parece que a metonímia seja uma instância importante em que se processa a coesão lexical e que, por tal, mereça registro neste estudo. Aqui está-se obviamente chamando a atenção para relações de sentido estabelecidas entre a parte e o todo de um ser. Mas, especificamente, o que interessa a este estudo é o fato de a parte poder ser usada para reiterar o todo, como no exemplo:

(5:19) *Carla Perez* troca de programa na TV como quem troca de roupa.
Agora, *o bumbum mais famoso do Brasil* apresenta uma atração musical.

Aqui, *bumbum mais famoso do Brasil* é usado para reiterar *Carla Perez*, numa óbvia apropriação de uma parte do corpo da dançarina - as *nádegas* - que passa a ter significação equivalente ao todo. É claro que o emprego de tal construção metonímica, só será coesivo e coerente caso haja um conhecimento prévio do leitor sobre as particularidades contextuais que permitem relacionar os itens lexicais *bumbum* e *Carla Perez*, a ponto de que um seja usado para reiterar o outro.

Como se vê, esse tipo de reiteração pode ser entendido como sendo uma particularidade do uso de sinônimos na construção de elos coesivos no texto. Assim como a sinonímia, a relação de sentido estabelecida acima só faz sentido num determinado contexto. A sua singularidade e suas possibilidades de emprego, no entanto, validam essa abordagem especial. O emprego de construções metonímicas se apresenta como uma excelente recurso coesivo porque amplia consideravelmente as possibilidades de reiteração.

A reiteração feita através de particularidades do elemento reiterado é uma forma particular de nomear um ser que vincula também um ponto de vista do autor do texto, ou seja, que serve também como elemento modalizador (esse conceito será discutido mais à frente). Ao se reiterar *Carla Perez* usando o termo *bumbum mais famoso do país*, não só permite um tom irônico no texto, como se faz uma crítica à dançarina, que pode ser entendida de várias formas, mas a mais contundente seria a oposição, implícita entre *nádegas* e *cérebro*, há muito estabelecida no Brasil.

Assim, o autor reduz as prerrogativas artísticas e intelectuais da moça à mera capacidade de exibir as nádegas. Claro que não é só isso, várias outras inferências são possíveis a partir do modo como o autor se refere a *Carla Perez*. Pode-se perceber também, por exemplo, uma crítica aos admiradores da artista, por conseguinte ao próprio leitor. O fato é que o efeito não seria o mesmo se o autor optasse pela repetição ou por empregar ou um “sinônimo” como *dançarina* ou *apresentadora*.

5.5.3 ANTONOMÁSIA

Há ainda um outro aspecto da reiteração que merece ser discutido, não

obstante sua semelhança com o caso analisado acima. Trata-se de reiteraões feitas através de atributos, qualidades do ser a que se refere. É algo como a antonomásia, ou seja, ativa-se um elemento por uma característica sua. O exemplo a seguir ilustra o que se quer dizer:

(5:20)

O *Maracanã* completa 50 anos. Palco de vários jogos e shows memoráveis desde a sua inauguração, o *maior estádio do mundo* está passando pela maior reforma de sua história. (*Folha de S. Paulo*: p. D3, 16/6/00)

Aqui, *Maracanã* é reiterado como *o maior estádio do mundo*. É claro que a palavra *estádio* também funciona como um elemento de reiteração, mas é no atributo (*maior do mundo*) que se acha o diferencial, o item que vai estabelecer a oposição capaz de orientar o leitor no sentido de estabelecer um elo entre *o maior estádio do mundo* e *Maracanã*. Também não se pode negar que se trata de uma forma de sinonímia fortemente dependente dos conhecimentos extra-textuais do leitor: caso não saiba qual seja maior - *Morumbi* ou *Maracanã*, por exemplo - o leitor poderia não conseguir entender a reiteração.

Pode-se, portanto, dizer que a coesão lexical se processo de duas maneiras: através da reiteração e através da colocação. Há reiteração quando um item, dentro do texto, é reativado por um outro item lexical. Essa reativação, por sua vez, pode se dar por meio dos seguintes artifícios: através da repetição do mesmo item lexical, através de sinônimos, de hiperônimos/hipônimos, de metonímias, de palavras de sentido geral, de nominalizações e de antonomásias.

Dentre esses elementos, a repetição seria a forma mais específica, mais direta

de se reiterar um item no texto, ao passo que o uso de palavras de sentido geral (como *coisa* ou *evento*) seria uma forma mais ampla, mais genérica de reiteração, pelo fato de esses elementos se prestarem a reiterar uma gama indefinida de elementos lexicais.

Já o conceito de sinônimo como mecanismo de reiteração não deve ser entendido apenas como uma recorrência a palavras que “segundo o dicionário têm significação próxima”. Deve-se levar em consideração que a alegoria textual pode criar sinônimos específicos, cabíveis apenas em um dado texto, mas úteis para efeito de elaboração da rede coesiva. Pares de palavras como *flor* e *rosa* ou *carro* e *Gol* também podem ser usadas na reiteração. É o que se chama de hiperônimos (*flor* e *carro*, nos exemplos) e hipônimos (*rosa* e *Gol*).

A metonímia é a reativação de um item lexical dentro do texto através de um outro item que mantenha com ele uma relação de contigüidade semântica, ou seja, um elemento lexical é reativado por meio de uma parte que o compõe. Assim, *Brasília*, poderia ser usada para reiterar o *Governo do Brasil*, por exemplo, por ser parte representativa do governo.

Neste capítulo também foi analisada a reiteração conseguida com o emprego de termos que sintetizam um enunciado ou parte dele. É o que se chamou de nominalizações. Um exemplo é o uso de palavras formadas a partir de verbos, como *queda*, advinda de *cair*, *fuga*, de *fugir*, e assim por diante.

Finalmente, analisou-se a força coesiva das antonomásias. Um item lexical pode ser reiterado através de um epíteto, ou seja, através de uma expressão que o qualifique. É o caso de se empregar “O maior do mundo”, para se referir a Maracanã, por exemplo. No capítulo 6, será analisada uma outra forma de coesão lexical: a **colocação**.

CAPÍTULO VI

A COESÃO LEXICAL POR COLOCAÇÃO

Para Halliday & Hasan (1976: 287), a **colocação** é a parte mais problemática da coesão lexical. Isso porque em todos os outros casos de coesão estudados, parte-se do princípio geral de que um item lexical é usado para reiterar um outro já citado no texto. Com a colocação não é bem assim. Tal conceito admite que existe força coesiva entre quaisquer pares de itens lexicais que se sustentem em alguma relação de sentido. Assim, duas palavras podem estabelecer um elo coesivo ainda que uma delas não tenha sido empregada para reativar a outra. O texto a seguir, retirado da revista *Veja*, contém vários elementos lexicais que, dentro do texto, tornam-se coesivos:

(6:1)

Sem ter o que fazer numa fria tarde de domingo, em Nova York, a modelo Shirley Mallmann, 20 anos, decidiu lavar algumas roupinhas compradas em Paris. Na lavanderia de seu prédio, ela encontrou Rich-

ard McLoughlin, de 28 anos, um operador da bolsa de Wall Street. A gaúcha não se intimidou com seu inglês encardido e engatou um papo limpeza com o rapagão. Foi uma paixão centrífuga. Os enxágües a dois se repetiram e a modelo até já provou da torta de maçã da mãe do namorado. Como a vida não é só lavar roupa suja, o casal passou recentemente uma semana de férias numa paradisíaca ilha na costa da Carolina do Sul. (Revista Veja: 24/97)

Repare-se nos seguintes itens lexicais, extraídos do texto:

lavar algumas roupinhas

lavanderia

encardido

limpeza

centrífuga

enxágües

lavar roupa suja

Todos eles estão, de certa forma, relacionados no texto e são responsáveis pela coesão, pois há entre eles um elo semântico que os relaciona. Nesse caso, no entanto, o fato de os elementos estarem vinculados dentro do texto não significa que estejam sendo usados para se referir ou reiterar algo já citado. Expressões como *encardido*, *enxágüe* ou *roupa suja* não são, de forma alguma, no texto, empregadas como sinônimas, mas mesmo assim têm força coesiva. Trata-se de uma coesão lexical por COLOCAÇÃO. Esses itens lexicais são aqueles que giram em torno da expressão *lavagem de roupa*. Itens lexicais como *paixão centrífuga* ou

inglês encardido estabelecem relações coesivas por colocação, no texto, ou seja, embora não sejam empregados para reiterar outros itens lexicais, eles são coesivos.

Essa tendência à ocorrência conjunta dos elementos léxicos, como se um “chamasse” o outro, é que é conhecida como colocação. Segundo Halliday & Hasan (1976: 287), existe um efeito coesivo entre itens lexicais que têm grande possibilidades de co-ocorrerem no mesmo ambiente lingüístico. Isso significa que em um texto em que apareça a expressão *Lavagem de roupa*, por exemplo, é provável que também haja ocorrências de palavras como *sabão*, *limpeza* ou *enxágüe*. Essa possibilidade de colocação, no entanto, é muito mais ampla que isso. A gama de palavras que podem estar vinculadas pela colocação dentro de texto é imprevisível. No caso do exemplo, basta imaginar que há palavras mais distantes no léxico que *limpeza* e *sabão*, por exemplo, mas que também poderiam aparecer coesivamente dentro do texto.

“There is always the possibility of cohesion between any pair of lexical items which are in some way associated with each other in the language. So we will find very marked cohesive effect deriving from the occurrence in proximity with each other of pairs such as the following, whose meaning relation is not easy to classify in systematic semantic terms: laugh ... joke, blade ... sharp, garden ... dig, ill ... doctor, (...)”⁷

Halliday & Hasan (1976: 285)

⁷*Há sempre a possibilidade de coesão entre elementos de qualquer par de itens lexicais que estão de alguma maneira associados um com o outro na língua. Assim, encontraremos um forte efeito coesivo advindo da proximidade dos membros dos pares seguintes, cuja relação de significado não é fácil de ser classificada: risada ... piada, lâmina ... afiada, jardim ... cavar, doente ... médico, (...)”*

6.1 ALGUMAS TEORIAS A RESPEITO DA COLOCAÇÃO

Halliday e Hasan, em sua obra de 1976, *Cohesion in English*, que tem servido de base para este estudo, não chegam a dispensar muitas páginas à colocação, praticamente restringindo-se a apresentar o problema e a advertir que se trata do tipo de coesão mais problemático, do ponto de vista da conceituação. Com efeito, a colocação, termo que os autores tomaram emprestado de Firth (Papers in Linguistic, 1934-1951), amplia de tal forma as possibilidades de as palavras serem coesivas dentro de um texto que torna bastante complexo o trabalho de descrição de tal fenômeno.

Mesmo assim, Halliday & Hasan (1976), chegam a apontar para as fontes que poderiam dar uma sustentação teórica à colocação, ao aludirem à questão da COMPLEMENTARIDADE (Lyons: 1977) para justificar que palavras teoricamente antônimas possam ser coesivas. De fato, em um texto em que apareça a palavra “amor”, por exemplo, é provável que também se verifique a palavra “ódio”, clássico exemplo de antonímia. O exemplo a seguir, adaptado de Halliday & Hasan(1977), também é um caso explicado pelo conceito de complementaridade:

(6:2)

a. O menino fez a maior bagunça durante a festa.

b. Meninas não fazem muita bagunça.

Meninos e meninas não são sinônimos nem mantêm identidade de referente. Mesmo assim, a presença dos dois itens lexicais no texto contribui para a textura. Há, inegavelmente, alguma relação entre palavras como *menino* e *menina*, *amor* e *ódio*, *homem* e *mulher*. E essas relações coesivas que Halliday & Hasan (1976)

chamam de colocacionais precedem, de certa forma, o texto. Elas se estabelecem, por assim dizer, a partir do conteúdo conceitual dos termos. São pares complementares, no conceito de Lyons (1977).

É importante ressaltar que Halliday & Hasan (1976) não propõem uma análise elaborada das relações de sentido envolvidas na coesão lexical por colocação. Os autores se limitam a identificar a categoria colocacional, sem aprofundar o conteúdo:

“The analysis and interpretation of lexical patterning of this kind is a major task in the further study of textual cohesion. Here we shall simply group together all the various lexical relations that do NOT depend on referential identity and are NOT of the form of reiteration accompanied by the or demonstrative (...) and treat it under the general heading of COLLOCATION, or collocational cohesion (...).”⁸

Halliday & Hasan (1976: 287)

Portanto, as análises de relações de sentido que levam à coesão colocacional que serão desenvolvidas a seguir, não constam em Halliday & Hasan (1976) e representam uma tentativa de lançar um pouco mais de luz sobre esse tipo de força coesiva. Ainda assim, as considerações feitas abaixo estão vinculadas a uma fonte deixada como pista por Halliday & Hasan (1976): as teorias de Lyons.

⁸“A análise e interpretação de padrão léxico dessa natureza (colocacional) é tarefa da maior importância em futuros estudos sobre a coesão. Aqui (no livro *Cohesion in English*) vamos apenas agrupar várias relações lexicais que NÃO dependem de identidade de referente e NÃO são, como a reiteração, acompanhadas pelo artigo definido ou por um pronome demonstrativo e tratá-las genericamente como COLOCAÇÃO ou coesão colocacional.”

A partir da análise do exemplo 6:2, em que se percebeu que *meninos* pode ser coesivo com *meninas*, chega-se à conclusão que dois elementos léxicos praticamente opostos podem ter entre si, força coesiva. Abrindo-se o leque dessa forma, podem-se incluir como coesivos não apenas elementos de reiteração (repetição, sinônimos, super-ordenados), mas também as seguintes relações, retiradas de Lyons (1977):

- **Pares complementares:**

 - **antônimos não graduáveis** (menino/menina; macho/fêmea)

 - **antônimos graduáveis** (quente/frio)

- **Conversos** (marido/mulher, mandar/obedecer)

- **Séries ordenadas** (os dias da semana; as estações do ano)

- **Séries não-ordenadas** (as cores)

- **Relação parte-todo**

- **Relação parte-parte** (nariz, queixo)

6.1.2 A COMPLEMENTARIDADE

É claro que simplificaria muito a abordagem da questão da colocação, atribuindo-se o fenômeno à mera co-ocorrência, em um mesmo texto, de itens lexicais que pertencem ao mesmo campo semântico. Tal explicação, no entanto, além de simplória, esconde relações de sentido interessantes, como as descritas acima, que merecem tratamento especial, como o que se vem desenvolvendo aqui.

Uma dessas relações de sentido é o conceito de complementaridade. Lyons (1977: 220), chama a atenção para a importância das relações de oposição paradigmática - como a exemplificada anteriormente: *menino/menina*. O autor, no entanto, divide os opostos lexicais - classificados pelos dicionários como antônimos

- em diversos tipos. Aqui serão abordados apenas os tipos de oposição que lancem luz sobre o conceito da colocação. É importante, por isso, estabelecer a distinção entre os opostos graduáveis e os não-graduáveis. (cf. Sapir, 1944).

“A graduação envolve comparação. Quando comparamos dois ou mais objetos quanto à posse de certa propriedade, é normalmente adequado averiguar se têm essa propriedade no mesmo grau ou não.”

Lyons (1977: 220)

Para entender esses conceitos os exemplos a seguir podem ser elucidativos:

OPOSTOS GRADUÁVEIS: imaginem-se os opostos *quente* e *frio*. Seria lícito perguntar se X é mais frio ou mais quente que Y. O fato de se poder dizer que X é mais *frio*, mais *quente* ou tão *frio/quente* quanto Y significa que os opostos *quente/frio* são graduáveis, ou seja, entre *frio* e *quente* existe uma gama de possibilidades que passa por *morno*, por exemplo.

OPOSTOS NÃO-GRADUÁVEIS: um elemento como *fêmea* (em oposição a *macho*), por exemplo, não é graduável. Normalmente não se diz que X seja mais ou menos *fêmea* que Y, ou seja, não cabem graduações entre os opostos *fêmea* e *macho*, embora seja possível imaginar feminino e masculino como graduáveis.

Os opostos não graduáveis, quando empregados como expressões predicativas, dividem-se em dois subconjuntos complementares. Decorre daí que a predicação de um elemento do par implica a predicação da negação do outro e vice-versa. Isso quer dizer que a palavra *macho*, por exemplo, vai implicar na predicação *não-*

fêmea. No caso dos graduáveis não ocorre apenas isso: dizer que X não está frio não implica em dizer que esteja quente.

À luz da teoria de Halliday & Hasan (1976), tudo o que foi exposto acima sobre opostos graduáveis e não-graduáveis explica por que em um texto, por exemplo, em que aparece a palavra *menino*, a palavra *menina* possa aparecer de forma coesiva. As duas palavras formam um par cujos elementos são complementares. São opostos não-graduáveis, em que a negação de um implica na afirmativa de outro: se não é menina, é menino. Por isso a co-ocorrência desses itens lexicais em um texto é, até certo ponto, previsível. No caso dos graduáveis, a gama de elementos que podem co-ocorrer é maior, visto que há níveis entre os opostos.

6.1.3 CONVERSOS

Outro tipo de opostos que Lyons classifica e que também é útil à teoria da coesão lexical por colocação são os CONVERSOS. Os conversos são pares do tipo *marido/esposa*, em que se é possível inverter a predicação da seguinte forma:

X é marido de Y, então Y é mulher de X

X é pai de Y, então Y é filho de X

X matou Y, então Y foi morto por X

6.1.4 CONTRASTES NÃO-BINÁRIOS

Os contrastes não binários são itens lexicais que, embora não se classifiquem como antônimos, estão em escalas de contraste, visto que a predicação de um pode negar a predicação de outro. É o caso, por exemplo, dos dias de semana ou das cores. Não existem dois pólos extremos estabelecidos entre os dias da semana ou entre as cores, mas os elementos dentro desses conjuntos estão em contraste ou,

melhor, numa relação de incompatibilidade. Os contrastes não-binários, de acordo com Lyons (1977: 232), podem estar organizados em séries ou em conjuntos serialmente ordenados e não-ordenados, como se vê abaixo.

6.1.4.1 CONJUNTO SERIALMENTE ORDENADO

Em um texto podem ainda ocorrer pares de elementos cuja co-ocorrência não pode ser explicada apenas pelos conceitos de complementaridade e opostos graduáveis. Existem elementos dispostos em um conjunto serialmente ordenado, ou seja, em que há dois elementos postos nas extremidades e todos os outros são colocados entre eles.

É o caso dos dias da semana, em que domingo e sábado estão nas duas extremidades e, entre esses dois itens, todos os outros cinco. Também as critérios usados em pesquisas ou exames, para qualificar trabalhos estão serialmente ordenados: em uma extremidade, *ótimo* e na outra, *péssimo*.

6.1.4.2 SÉRIES NÃO-ORDENADAS

No caso das séries não-ordenadas, não se verificam elementos em extremos. Ainda que também sejam incompatíveis, não é possível estabelecer entre eles uma ordem dentro de uma série. É o caso das cores. Se algo é azul, por incompatibilidade, não pode ser vermelho, mas não existe uma classificação em que se alinham as cores, a não ser em casos em que se distinguem tons. É possível, por exemplo, haver o subconjunto de tons do preto, em que tal cor estaria numa extremidade do subconjunto e o branco na outra.

6.1.5 PARTE-PARTE/PARTE-TODO

Halliday & Hasan (1989: 80) destacam que pode haver força coesiva em relações que envolvem parte-todo, parte-parte e co-hipônimos. Essas relações são examinadas abaixo, quanto à possibilidade de serem colocacionalmente coesivas.

A metonímia pode ser um recurso de reiteração, ou seja, a parte pode ser usada num texto para se referir ao todo, como foi visto no capítulo 5. Mas há que se analisar ainda o fato de as partes de um todo também serem coesivas entre si e em relação ao todo, sem, no entanto, haver identidade de referente. Em um texto em que apareça, por exemplo, a palavra *árvore*, é de se esperar que surja também as palavras *folha*, *raiz*, *galho*... São partes que formam o todo *árvore* e, por isso, têm tendência a co-ocorrerem. No texto a seguir, essa relação é explorada:

(6:3)

Ontem, o colunista Clóvis Rossi lembrava muito bem como estão sendo decepados, um a um, os **dedos** da **mão** espalmada de FHC. Aquela utilizada para fazer promessas de avanços na primeira campanha presidencial. Os dedos vão sendo cortados e o governo vai fazendo promessas de reimplantá-los. A sociedade, porém, vai perdendo a confiança na capacidade cirúrgica desse governo de terminar seu mandato com a mão inteira, os cinco dedos no lugar. Na economia, algo parecido ocorreu. Como é o sustentáculo de quase tudo, a economia pode muito bem ser comparada às **pernas** do governo. Pois, bem, ela foi sendo ferida, até ser praticamente cortada no início do ano passado, quando veio a desvalorização cambial. (CRUZ, Valdo, *Folha de S. Paulo*: p. A2, 23/6/00)

No texto, *mãos, dedos e pernas* se ligam numa relação de sentido que ajuda a construir a rede coesiva do texto. A referência a *pernas* no texto é considerada aceitável porque o leitor faz a associação entre esse item lexical e o item *mão*. Daí porque o autor optou pela metáfora que compara a economia às *pernas* de um país.

Quando se assume um leque tão amplo de possibilidades de estabelecimento de redes coesivas, como é o caso do conceito de colocação, torna-se difícil descrever as relações de sentido existentes e difícil também será produzir uma análise competente. Por outro lado, também vem à tona a indagação: os termos em relações léxico-semânticas, em um dado texto, são sempre coesivos? Observe-se a manchete abaixo, extraída do jornal *Folha de S. Paulo*:

(6:4) Setor de foto espera um cenário melhor

(*Folha de S. Paulo*: p. E1 30/8/99)

No exemplo, percebe-se nitidamente a intencionalidade do autor em promover a associação dos itens lexicais *foto* e *cenário*, a fim de criar textura. É o que o jargão jornalístico chamaria de trocadilho. Mas também é claro que *cenário* não tem como referente *foto*, ou seja, não existe uma identidade de referente e tampouco o item lexical *cenário* vem precedido de elemento anafórico - o artigo *o* ou um pronome demonstrativo - que o ligue a *foto*. Trata-se, portanto, de uma coesão lexical por colocação. As palavras têm força coesiva porque tendem a co-ocorrer em ambientes similares. São ligadas pela relação semântica que Halliday & Hasan (1989: 74) classificam como co-extensão. Assim, *foto* e *cenário* seriam uma extensão de um elemento lexical como fotografia.

Entre determinados itens lexicais pode haver graus de coesão. Os itens lexicais

foto e *cenário* têm um forte vínculo coesivo, mas o que leva determinados elementos lexicais a ter maior força coesiva que outros? Existem fatores que influenciam na força coesiva dos itens lexicais. Segundo Halliday & Hasan (1976: 290) seriam três os fatores preponderantes que agiriam sobre o poder coesivo de itens lexicais:

1. PROXIMIDADE NO SISTEMA LEXICAL - O primeiro seria a questão da proximidade dentro do sistema léxico, ou seja, quanto mais próximas duas palavras estão dentro de um campo semântico, maior a probabilidade de co-ocorrerem em um texto. Assim, palavras como *fotografia*, *filme*, *revelação* e *cenário*, por exemplo, teriam força coesiva devido ao fato de, dentro de um discurso em particular, estarem hierarquizadas. Palavras com ligações morfológicas, da mesma forma, têm forte vínculo coesivo, como *perder* e *perda*, *revelar* e *revelação*, que têm o mesmo radical.

2. PROXIMIDADE NO TEXTO - A proximidade física de dois itens dentro do texto influi em seu poder coesivo. Se a distância é grande, ou seja, se há muitos períodos, parágrafos a separar dois itens lexicais, o vínculo entre eles se enfraquece, mesmo que eles sejam próximos morfológicamente. Os itens *foto* e *cenário*, do exemplo, talvez não tivessem a mesma força coesiva se dispostos dentro de um texto e separados por vários parágrafos.

3. RARIDADE DE EMPREGO - Finalmente, o terceiro fator que pode ser levantado para se justificar o fato de um leitor poder enxergar um vínculo coesivo entre dois itens lexicais é a raridade de emprego dos termos. A frequência de emprego de itens lexicais também influencia em sua força coesiva. Assim, quanto

menos freqüentes, ou seja, quanto menos corriqueiros sejam dois itens lexicais, maior é sua força coesiva. Itens lexicais de incidência muito grande, por consequência, co-ocorrem com uma gama muito grande de outros itens lexicais. Assim, essas palavras têm pouca chance de ser usadas numa relação coesiva com outras justamente porque já são muito usadas. É claro que isso não é válido caso a palavra seja empregada com sentido especial, como a palavra “homem”, que é corriqueira, mas tem força coesiva quando usada como palavra de sentido geral, reativando uma pessoa já mencionada no texto.

Na verdade, explicar a coesão colocacional a partir de relações de sentido como parte-todo; parte-parte; co-hipônimos é admitir que o léxico de uma língua possa ser classificado hierarquicamente. Essa é uma questão polêmica. Embora seja possível organizar significados em pares super-ordenados ou mesmo em ligações como parte-todo, o que sugere uma hierarquia, sempre haverá itens lexicais difíceis de ser hierarquizados. Outro problema seria sugerir qual seja o topo dessa pirâmide, qual seria o elemento lexical do qual descenderia todo o léxico. Ainda que não seja possível chegar a tal nível de formulação, é viável, sim, assumir que pelo menos alguns tipos de elementos lexicais organizam-se no léxico hierarquicamente e que, quanto mais próximos esses elementos se encontrem dentro dessa hierarquia, maior a possibilidades de serem coesivos entre si.

6.1.6 HIPONÍMIA

Outra relação de sentido que não pode ser deixada de lado ao se analisar a coesão colocacional é a hiponímia. Mais uma vez é providencial advertir de que tal conceito - assim como o da parte-todo - já foi apresentado neste trabalho como mecanismo de coesão por reiteração. Aqui, no entanto, o aspecto da hiponímia a ser

analisado é sua contribuição à coesão colocacional.

Convencionou-se chamar de hiponímia a relação de subordinação existente entre um elemento específico e outro de sentido mais amplo, tal como *gato* e *animal*; *rosa* e *flor*. Halliday & Hasan (1976: 278) dizem que os elementos *gato* e *animal*, por exemplo, estão super-ordenados.

Lyons (1977: 235) diz que não há termo universalmente aceito para esse tipo de relação, mas que, por analogia com sinônímia e antonímia, convencionou-se a usar o termo hiponímia. Assim, diz-se que *gato* é hipônimo de *animal*, *rosa*, de *flor* e que *animal* e *flor* são hiperônimos (ou super-ordenado) de *gato* e *rosa*, respectivamente. *Rosa*, *azálea* e *margarida*, por sua vez, são co-hipônimos, pois compartilham o mesmo elemento super-ordenado: *flor*. Por motivo de clareza, serão usados os termos *hipônimo* (para o elemento subordinado), *super-ordenado* (para o hiperônimo) e *hiponímia*, para a relação entre os dois. A relação entre os elementos subordinados (hipônimos) a um mesmo super-ordenado (hiperônimo) será chamada de *co-hiponímia*.

Para Lyons (1977: 235), a hiponímia pode ser definida em termos de uma implicação de sentido unilateral, em que o elemento super-ordenado tem sentido mais amplo e genérico que o seu hipônimo. Por exemplo:

(6:5)

Ele comprou um Gol. IMPLICA Ele comprou um carro.

Ele comprou um carro. NÃO IMPLICA Ele comprou um Gol.

No exemplo, percebe-se a relação unilateral ou assimétrica que existe entre os elementos *Gol* e *carro*. A hiponímia é uma forma interessante de tentar alcançar as

relações de sentido que permeiam a coesão colocacional porque através dela é possível estabelecer vínculos entre itens lexicais numa extensão praticamente indefinida. Com efeito, se X é hipônimo de Y e Y é hipônimo de Z, então X é hipônimo de Z. Por exemplo, se *laranjeira* é hipônimo de *árvore* e *árvore* é hipônimo de *planta*, então *laranjeira* é hipônimo de *planta* também.

Essa relação, estendida, amplia a rede coesiva em que se enreda o item lexical *laranjeira*, ou seja, tanto o item *árvore* quanto item *planta* estariam sujeitos a co-ocorrerem em um texto, com *laranjeira*. E mais: *laranjeira* também teria efeito coesivo colocacional com seus co-hipônimos: *macieira* e *pereira*, por exemplo.

É importante neste ponto deixar clara a diferença que existe entre a relação parte-todo e as relações de hiponímia. Para tanto, basta inserir uma fórmula bastante utilizada por Lyons (1977) para se identificarem hipônimos: “se X é hipônimo de Y, significa que X é um tipo, uma espécie, uma versão, uma maneira de Y”. Na prática: “Se *laranjeira* é hipônimo de *árvore*, *laranjeira* é um tipo de *árvore*”. *Árvore*, por sua vez é um tipo de *planta*.

Para comprovar que *laranjeira* e *planta* são hipônimos, basta lembrar que *laranjeira* é um tipo de *planta*. Já na relação parte-todo, não é possível aplicar tal fórmula: *braço*, por exemplo, não é *um tipo de corpo* ou *folha* não é *um tipo de árvore*. Com efeito, a relação de sentido que existe entre *braço* e *corpo* e entre *folha* e *árvore* é de parte-todo e não de hiponímia.

Mesmo os verbos podem ser encaixados no conceito de hiponímia. Observem-se, por exemplo, os verbos *comprar* e *adquirir*. Pode-se dizer que *comprar* é um modo de *adquirir* algo”.

Assim, *comprar* é hipônimo de *adquirir* e co-hipônimo de *roubar*, que também

é um modo de *adquirir* algo. Nesse caso, os co-hipônimos têm tantos traços em contraste que são também considerados opostos, tomando-se como base construções como:

(6:6) Ele não *comprou* este carro; *roubou-o*.

Como se vê, a hiponímia é uma relação de sentido baseada no fato de um hipônimo conter uma modificação qualquer de sentido em relação ao item superordenado. Todos os co-hipônimos, para que apareçam em um texto numa relação coesiva colocacional, têm de estabelecer entre si alguma relação de contraste, caso contrário são simétricos, portanto, sinônimo e se prestariam à reiteração, segundo Lyons (1977: 236).

A relação de hiponímia, como se vê, impõe uma estrutura hierárquica ao léxico, como se exemplifica no diagrama representado na *figura 4*. No diagrama, baseado em modelo proposto por Lyons (1977:239), os hipônimos partem do ponto zero. Cada nóculo é super-ordenado àquele imediatamente acima dele e co-hipônimo daqueles que estão ao lado.

Assim, pode-se dizer que zero domina todo o diagrama, enquanto cada nóculo, domina o outro nóculo que vem logo abaixo. É claro que o diagrama deve ser encarado como uma representação recortada de um esquema que pressupõe o léxico organizado numa estrutura hierárquica. Há também que se advertir de que a representação é grosseira, pois deixa várias lacunas, mas serve a título de ilustração das relações hiponímicas que defendidos aqui como coesivas por colocação.

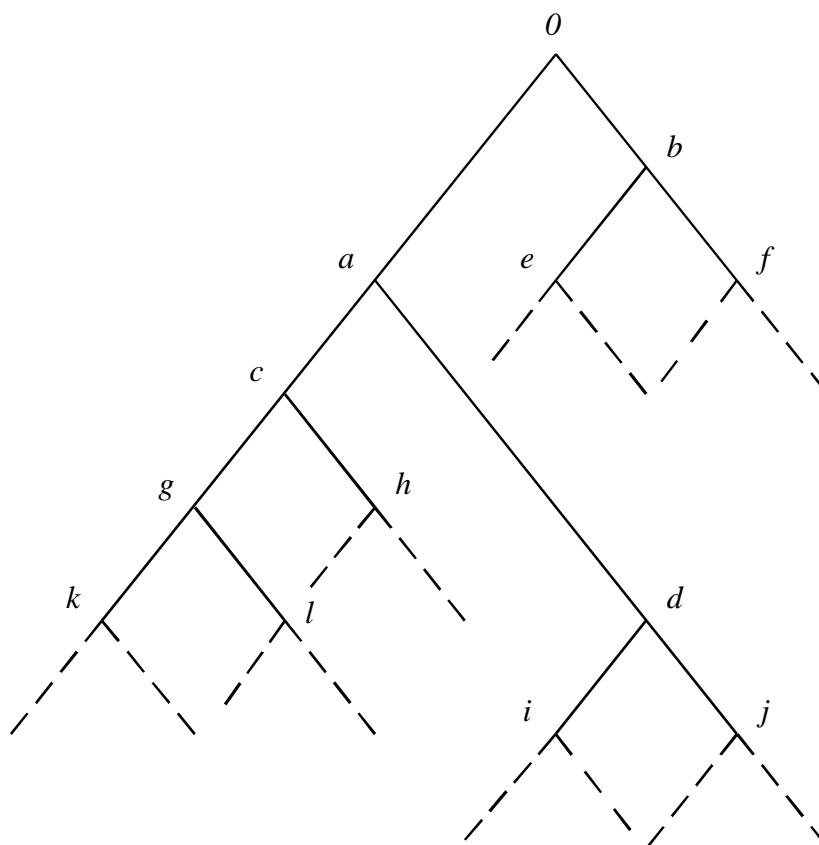


Fig. 4 - Modelo que sugere a organização hierárquica do léxico: quanto mais próximos os nódulos, maior a força coesiva entre eles.

Segundo o modelo, d , por exemplo, é super-ordenado a i e j - $D(i,j)$. Dessa forma, i e j são hipônimos (subordinados a) de d . Já a , é super-ordenado a todos os que estão abaixo dele, ou seja, c e d são co-hipônimos imediatos. Já d e g , por exemplo, seriam co-hipônimos distantes.

Para facilitar a compreensão, pode-se recorrer a um exemplo mais concreto. Imagine-se que d seja *bovino* e i e j , *vaca* e *touro*. O nódulo a , por sua vez, poderia ser *mamíferos*, ou seja, quanto mais vai-se distanciando do nódulo, menor a correlação de sentido, por isso se diz que menor o seu grau de força coesiva. Observe-se a figura refeita com exemplos concretos:

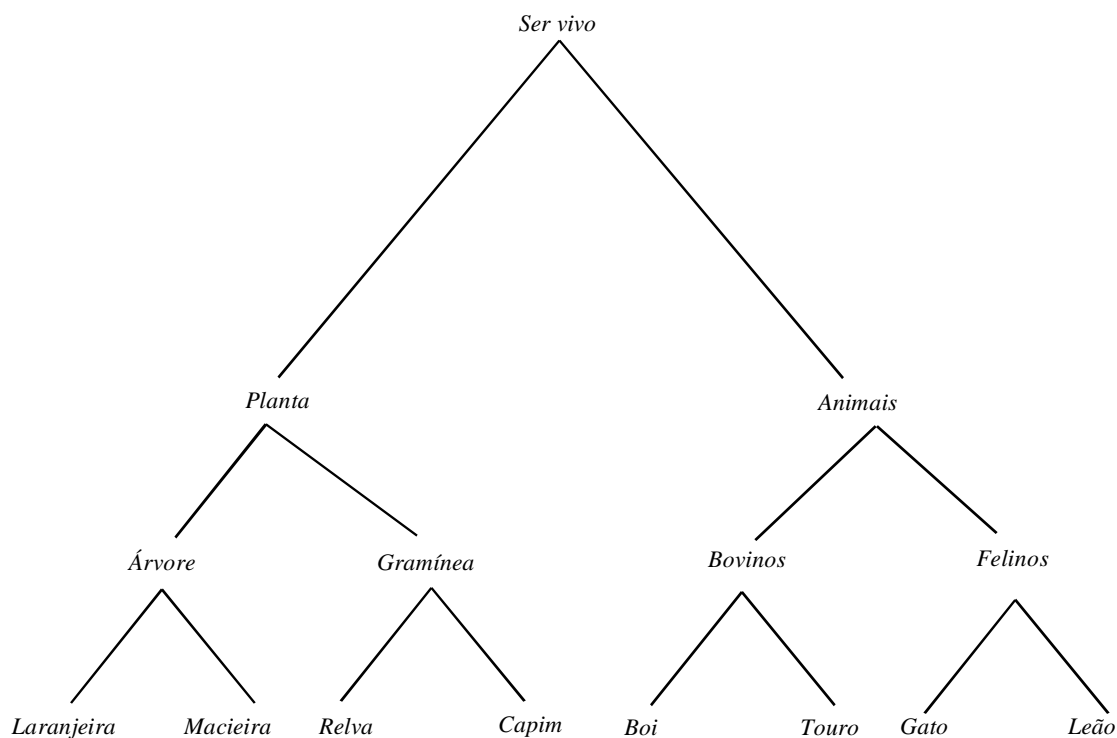


Fig. 5 - Exemplo de hierarquização de parte do léxico

Aqui, imagina-se a hierarquização de alguns itens lexicais. Partindo-se do nóculo em que está *planta*, por exemplo, vêm-se, logo abaixo, os itens *árvore* e *gramínea*, que seriam dois de seus hipônimos. Assim, *árvore* e *gramínea*, e *laranjeira* e *macieira*, por exemplo, são co-hipônimos e tendem a aparecer no mesmo texto e, por conseguinte, são elementos coesivos por colocação.

Mesmo os elementos *árvore* e *bovino* têm probabilidade de serem coesivos colocacionalmente, mas há que se ter em vista o fator **distância dentro do sistema léxico**, já visto neste estudo como uma prerrogativa para que dois itens lexicais possam aparecer coesivamente em um dado texto.

Ampliando-se esse esquema, pode-se entender que *laranja* e *laranjeira* sejam também itens coesivos colocacionalmente, mas não por uma relação de hiponímia mas, sim, por metonímia. *Laranja* e *laranjeira* estabelecem uma relação coesiva já

vista aqui como envolvendo parte/todo, mas sem a intenção de reiterar. O mesmo raciocínio aplica-se a *leite* e *vaca* ou a *juba* e *leão*. Não se trata de co-hipônimos, mas são relações entre parte e o todo.

A hipótese de todo o léxico da língua estar estruturado hierarquicamente em termos de hiponímia a partir de um ponto único, pode parecer de difícil comprovação. Qual seria o ponto 0? É difícil imaginar algum item lexical que seja super-ordenado a todos os nomes concretos e abstratos do português. De que forma, numa escala hierárquica, seria possível correlacionar as palavras “pessoa” e “animal”, por exemplo? De modo algum esses dois elementos, embora se possa imaginá-los tão próximos, poderiam ser coesivos em um texto por seus traços em comum. Lyons (1977: 240) sugere, por outro lado, que é mais plausível imaginar que não existe um ponto zero em comum para todo o léxico, mas diversos pontos de origem, cada um associado a uma parte particular do discurso.

Este capítulo procurou analisar e exemplificar casos de coesão lexical por colocação. Tal recurso coesivo baseia-se na questão da propriedade que dois itens lexicais têm de co-ocorrer de forma coesiva em um dado texto, sem que haja reiteração. Isso ocorre com antônimos não-graduáveis (*menino/menina*), graduáveis (*quente/frio*), com elementos conversos, que são pares de palavras em que se é possível inverter a predicação, como *marido/mulher*, com elementos de um série ordenada, como os dias de semana - ou de séries não-ordenadas - como as cores. Este capítulo também analisou as relações coesivas colocacionais obtidas da relação parte/parte, parte/todo e da co-ocorrência de co-hipônimos. Procurou-se, portanto, relacionar teorias conhecidas para se lançar luz sobre o conceito da coesão colocacional.

CAPÍTULO VII

A COESÃO LEXICAL EM TEXTOS ESCOLARES

Até aqui, a coesão tem sido analisada em exemplos de textos jornalísticos ou de textos criados exclusivamente para esse propósito. Mas como será que a coesão - e particularmente a coesão lexical - é processada em textos produzidos por estudantes? Em textos redigidos em sala de aula, o aluno elabora a rede coesiva, encarando-a como uma estratégia textual? Neste tópico, serão analisados textos produzidos por estudantes (anexos).

Adverte-se, no entanto, que o intuito dessa análise é verificar de que maneira o estudante constrói a rede coesiva de seu texto. As redações que serão analisadas estão divididas em dois grupos. O primeiro constitui-se de textos dissertativos produzidos pelos alunos em sala de aula, a partir de um tema apresentado em uma frase.

O segundo grupo é de redações feitas, também em sala de aula, a partir da leitura prévia de um texto. Na verdade, o aluno é instado a redigir uma carta em resposta ao texto.

1º GRUPO

Os três textos a seguir foram selecionados dentre as redações produzidas em sala de aula por uma turma de alunos da 1ª série do Ensino Médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, de Divinópolis-MG, em 4/10/99. Os textos foram produzidos a partir do seguinte tema:

**“VIOLÊNCIA URBANA:
TV culpada ou inocente?”**

Esse tipo de tema é bastante freqüente em aulas de redação e era intenção selecionar redações que houvessem sido produzidas em situação normal, do dia-a-dia da sala de aula, a fim de verificar a incidência de elementos lexicais na elaboração da rede coesiva do texto.

Não havia limite de número de linhas. Os alunos apenas tinham de escrever dissertativamente. Dentre os 34 textos produzidos, foram selecionados três, que apresentavam forte lexicalização na elaboração da rede coesiva.

PRIMEIRO TEMA

**VIOLÊNCIA URBANA:
TV culpada ou inocente?**

1
2
3
4

TEXTO 1

Ultimamente, tem-se culpado a **tv**¹ como sendo a responsável pela **violência**² urbana. Certamente, por ser mais fácil apontar um culpado do que analisar os fatos e ver que a causa da **violência**^{2.1} é um conjunto de fatores.

5 **A televisão**^{1.1} influencia, sem dúvida, na vida das pessoas. Mas não
6 ao ponto de torná-las extremamente **violentas**^{2.2}. Isso pode ocorrer; mas
7 junto com outros fatores, como más relações familiares e com os amigos,
8 etc; não **a televisão**^{1.2} sozinha.

9 Na periferia, onde a **violência**^{2.3} está muito mais presente, a **TV**^{1.3}
10 não contribui significativamente para **chacinas, espancamentos e outras**
11 **formas de violência**^{2.4}. Nesse meio, a precária situação social é o princi-
12 pal agente causador **desse problema**^{2.5}. E nos últimos tempos, **esta**
13 **violência**^{2.6} gerada nas periferias vem invadindo as classes mais altas.
14 Esse fato está deixando a “sociedade rica” do Brasil cada vez mais
15 preocupada, e levando a várias críticas **à televisão**^{1.4}.

16 Mas se analisarmos, veremos que são várias as causas da **violência**^{2.7},
17 seja ela em que meio for. Veremos também que **a televisão**^{1.5} não pode
18 ser considerada totalmente inocente, devido a sua influência sobre as
19 pessoas; nem totalmente culpada, por não ser a única e não ter muito
20 poder sozinha.

Foram analisadas apenas as cadeias de designações usadas no texto para os termos lexicais *TV* e *violência*, visto que eram os temas centrais do texto. O fato de terem sido escolhidos esses elementos para observação, em vez de se observar toda a rede coesiva do texto, tem como finalidade facilitar a análise, tornando-a mais fácil de ser interpretada.

Além disso, é importante ressaltar que a análise só foi feita entre orações, ou seja, não se levou em conta a coesão estrutural, processada dentro das orações. Observe-se a seguir, no quadro, a rede coesiva empregada no texto 1:

TEXTO 1	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1.TV	-
1.1 ... a televisão	reiteração por sinônimo
1.2 ... a televisão	reiteração por sinônimo
1.3 ... a TV	reiteração por repetição
1.4 ... a televisão	reiteração por sinônimo
1.5 ... a televisão	reiteração por sinônimo
2violência	-
2.1 ... a violência	reiteração por repetição
2.2 ... violentas	coesão colocacional
2.3 ... a violência	reiteração por repetição
2.4 ... chacinas, espancamentos e outras formas de violência	coesão colocacional
2.5 ... esse problema	reiteração por palavra geral
2.6 ... esta violência	reiteração por repetição
2.7 ... a violência	reiteração por repetição

Fig. 6

Tanto nas designações referentes ao elemento *TV* quanto ao elemento *violência*, verifica-se no texto o emprego quase que exclusivo da reiteração através da repetição. Quanto a *TV*, a única variação permitida foi o emprego da abreviação por extensão (*televisão*), que foi, no quadro anotada como reiteração por sinônimo, visto que é provável que o aluno a tenha usado com a intenção de não ser repetitivo.

Já a análise da rede coesiva tecida a partir do item *violência* revela uma gama maior de elementos relacionados ao item lexical. Das sete referências feitas a *violência*, a maioria - quatro - trata-se de reiteração por repetição. Em segundo lugar vem a colocação, com duas ocorrências e houve também uma reiteração feita através da palavra *problema*, de sentido geral.

Entenderam-se como elementos vinculados pela colocação, os elementos *violentas* e *chacinas e espancamentos*. Uma vez que não se trata de reiterações do item *violência*, esses elementos só podem ser entendidos como termos passíveis de co-ocorrerem em um texto com tal item, ou seja, são coesivos por colocação, não por identidade de referente. Há ainda no texto uma referência indireta a *violência*. Trata-se da palavra de sentido geral *fato* (linha 14). Ela não foi anotada no quadro por se entender que a referência não é direta ao elemento lexical *violência*, mas ao *crescimento da violência junto às classes mais altas*.

TEXTO 2

1 A **violência**² existe em todos os lugares. Em parte a **TV**¹ é culpada,
2 mas ao mesmo tempo, a sociedade contribui para **esta polêmica**^{2.1} que já
3 virou rotina.

4 Podemos tratar a **violência**^{2.2} como uma **novela**^{1.1} real, onde os
5 **atores**^{1.2} principais são a **TV**^{1.3}, com suas artimanhas e a sociedade,
6 fonte para abastecer as artimanhas da **televisão**^{1.4}. Não devemos nos
7 esquecer também dos **atores coadjuvantes**^{1.5}, que são representados
8 pelos **problemas sociais e raciais**^{2.3}. Através dessa analogia simples,
9 conclui-se que a culpa não é só da **TV**^{1.6}, bem como não é só da
10 sociedade. Trata-se de um conjunto, de um círculo vicioso.

11 A culpa não é só da **televisão**^{1.7} por quê? De um modo geral, a
12 **TV**^{1.8} é, digamos, uma contribuinte da **violência**^{2.4}. **Ela**^{1.9} apresenta

13 **programas violentos**^{2.5, 1.10} e impróprios a qualquer hora do dia. Mas há
 14 um porém nisso, **a televisão**^{1.11} insiste em mostrar tais programas porque
 15 eles geram altos **índices de audiência**^{1.12}, ou seja, milhares de pessoas
 16 prestigiam esses **programas**^{1.13}, e é óbvio que o que importa para **a**
 17 **mídia**^{1.14} é essa preferência.

18 Portanto, **a violência**^{2.6} deve ser levada a sério em qualquer situação
 19 e não tão somente quando **ela**^{2.7} sai da periferia e entra no espaço da
 20 sociedade chique, como vemos na **própria televisão**^{1.15}.

Observe-se a discriminação dos elementos que no texto mantêm algum elo coesivo com relação aos itens *televisão* e *violência*:

TEXTO 2	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1. TV (<i>linha 1</i>)	-
1.1 ... novela (<i>linha 4</i>)	colocação
1.2 ... atores (<i>linha 5</i>)	colocação
1.3 ... a tv (<i>linha 5</i>)	reiteração por repetição
1.4 ... a televisão (<i>linha 6</i>)	reiteração por sinônimo
1.5 ... atores coadjuvantes (<i>linha 6</i>)	colocação
1.6 ... a tv (<i>linha 9</i>)	reiteração por repetição
1.7 ... a televisão (<i>linha 11</i>)	reiteração por sinônimo
1.8 ... a tv (<i>linha 12</i>)	reiteração por repetição
1.9 ... Ela (<i>linha 12</i>)	coesão gramatical
1.10 . programas violentos (<i>linha 13</i>)	colocação
1.11 . a televisão (<i>linha 14</i>)	reiteração por sinônimo
1.12 . índices de audiência (<i>linha 15</i>)	colocação

TEXTO 2	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1.13 . esses programas (linha 16)	colocação
1.14... a mídia (linha 16)	reiteração por sinônimo
1.15 . a própria televisão (linha 20)	reiteração por sinônimo
2. violência (linha 1)	-
2.1. esta polêmica (linha 2)	reiteração por palavra geral
2.2. a violência (linha 4)	reiteração por repetição
2.3. problemas sociais e raciais (linha 8)	colocação
2.4. a violência (linha 12)	reiteração por repetição
2.5. programas violentos (linha 13)	colocação
2.6 a violência (linha 18)	reiteração por repetição
2.7 ela (linha 19)	coesão gramatical

Fig. 7

A rede coesiva do texto 2 é bem mais diversificada que a do texto 1. Não apenas pela quantidade de referências feitas: foram 14 sobre televisão e 7 sobre *violência*, ao passo que o primeiro texto fez 5 referências a *TV* e 7 a *violência*. Ambos os textos têm a mesma quantidade de linhas (20).

No texto 2 há mais casos de elementos coesivos por colocação, principalmente a partir do elemento *TV*. Na verdade, essa quantidade de elementos coesivos com o item *TV* revela a estratégia do texto 2, em que se criou uma alegoria, comparando-se a *violência* a uma novela de *TV*: “Podemos tratar a *violência* como uma novela real, onde os atores principais são a *TV* com suas artimanhas e a sociedade (...). Não devemos esquecer também dos atores coadjuvantes, que são representados

pelos problemas sociais e raciais.”

O elevado número de elementos que são coesivos com *TV* ou com *violência* através da colocação também pode revelar que o autor procurou abarcar em seu texto mais implicações envolvendo os dois elementos, ou seja, se o texto dispõe-se a expor mais implicações sobre um determinado problema, é provável que tenha que recorrer a uma maior lexicalização para construir a rede coesiva. Além disso, o texto 2 também ousou mais no uso de sinônimos. *TV* não foi reiterada apenas por repetição ou através do item *televisão*. Usou-se a palavra *mídia*, que inclui *TV* (l.16).

TEXTO 3

1 A **TV**¹ não é a real culpada pela **violência urbana**². A **televisão**^{1.1}
 2 não passa **filmes**^{1.2} **violentos**^{2.1} para que as pessoas de bem e de família
 3 saiam **fuzilando**^{2.2} pessoas nas ruas.

4 Pessoas não devem assistir a **TV**^{1.3} se não têm estrutura social e
 5 mental para fazê-lo.

6 A **TV**^{1.4} não tem o dever de zelar pela integridade do **telespectador**^{1.5}
 7 exibindo **tele-cursos** ou **filmes**^{1.6} da Disney.

A exemplo do texto 2, o texto 3 também traz uma boa quantidade de elementos que são coesivos por colocação. Embora a expressão *violência urbana* não seja reiterada no texto, foram usados itens lexicais em associação a ela: *filmes violentos* e *fuzilando*. Há, portanto, uma relação coesiva colocacional entre esses elementos. Quanto ao item *televisão*, o texto o reitera a partir do sinônimo *TV*. Há também itens lexicais que mantêm relação de sentido com *televisão* - *telespectador*, *tele-cursos* e *filmes* -, que estabelecem no texto uma relação de coesão colocacional. Observe-se o quadro a seguir, que descreve a rede coesiva do texto:

TEXTO 3	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1. TV (<i>linha 1</i>)	-
1.1 ... a televisão(<i>linha 1</i>)	reiteração por sinônimo
1.2 ... filmes (<i>linha 2</i>)	colocação
1.3 ... a TV (<i>linha 4</i>)	reiteração por repetição
1.4 ... a TV (<i>linha 6</i>)	reiteração por repetição
1.5. ... o telespectador (<i>linha 6</i>)	colocação
1.6 ... telecursos ou filmes (<i>linha 7</i>)	colocação
2. Violência urbana (<i>linha 1</i>)	-
2.1 (filmes) violentos (<i>linha 2</i>)	colocação
2.2 Fuzilando (<i>linha 3</i>)	colocação

Fig. 8

SEGUNDO TEMA

A segunda proposta de texto, também aplicada aos mesmos alunos, no dia 11/10/99, teve apoio em um texto lido previamente. Primeiramente, os alunos leram a crônica “Carta de um estômago”, do jornalista Josias de Souza, do jornal *Folha de S. Paulo*. Na crônica, o jornalista “interpreta” um estômago faminto que escreve ao presidente do país queixando-se de sua situação. Embora o nome do presidente Fernando Henrique não seja citado é possível inferir que o país a que se refere é o Brasil, devido a referências feitas no texto. Os alunos foram convidados, após ler o texto, a redigir uma resposta ao *estômago*, como se fossem o presidente a quem a carta foi endereçada.

Quanto à análise que se processará de cada um dos textos produzidos, agora

ela se restringirá ao uso de elementos lexicais para designar o elemento “estômago”. Isso por dois motivos. Primeiro, porque por se tratar de uma carta, muitas das alusões feitas a “Estômago” - destinatário da carta - serão mais dêiticas do que referenciais. Além disso, parece interessante analisar o impacto do texto original (*Carta de um estômago*), sobre a construção da rede coesiva léxica das redações produzidas pelos alunos. Isso porque no texto “Carta de um estômago”, como se poderá ver a seguir, faz-se farto emprego de itens lexicais que são coesivos por colocação com a palavra “estômago”. A seguir, estão o texto de Josias de Souza e três cartas selecionadas.

Carta de um estômago

1 Sei que o senhor não me conhece, presidente. Pois permita que me
2 apresente. Moro onde olho nenhum me alcança, no ermo das entranhas.
3 Sou ferida exposta que não se vê. Sou espaço baldio entre o esôfago e o
4 duodeno. Trago das origens uma certa vocação para a tragédia. Não
5 deve ser por outra razão que venho do grego: “stómachos”. Se pudesse
6 dar entrevista, resumiria assim o oco da minha existência: “É dura a
7 vida de víscera.” Às vezes, presidente, invejo o coração que, quando
8 sofre, é de amor. Eu, pobre tripa flagelada, jamais tive tempo para
9 sentimentos abstratos. Perdoe-me o pragmatismo estomacal. Mas só
10 tenho apreço pelo concreto: o feijão, o arroz, a carne... Meu projeto de
11 vida sempre foi arranjar comida.

12 Às vezes, veja o senhor, cobiço a cabeça. Quisera me fosse dado
13 visitar glórias passadas ou, melhor ainda, idealizar um futuro promissor.
14 Quisera não tivesse que dançar ao ritmo da emergência.

15 Meu mundo cabe no intervalo entre uma refeição e outra. Meu
16 relógio, caprichoso, só tem tempo para certas horas: a hora do café, a
17 hora do almoço, a hora do jantar... Sem comida, senhor presidente, meu
18 relógio ficou louco. Passou a anunciar a chegada de cada novo segundo

19 aos gritos.

20 Nunca tive grandes ambições. Não quero dormir com a Sheila do
21 Tchan. Não quero ganhar a Sena acumulada. Só quero a solidariedade
22 de uma cesta básica, a compaixão de um grão escorregando faringe
23 abaixo.

24 Ardem-me as paredes, bombardeadas por jatos de suco gástrico.
25 Mas já não sofro, presidente. Sem alimento desde junho, encontrei a paz
26 na melancolia da fome. O ajuste fiscal levou-me à ante-sala de outra
27 esfera.

28 Escrevo para dizer-lhe obrigado. Estou prestes a trocar o inferno
29 do sertão pelo paraíso. E, temente a Deus, sei que Ele não se atreverá a
30 pôr em meu céu um novo FHC, mais um Malan, outro FMI. Não, não.
31 Meu céu há de ser uma cozinha como a do Alvorada, tão farta que me
32 propicie uma fome de rico, dessas que a gente resolve simplesmente
33 abrindo a geladeira. (SOUZA, Josias de, *Folha de S. Paulo*: p. A2, 20/9/99)

Para compor o texto, o autor faz uma minuciosa escolha de itens lexicais que sejam coesivos por colocação com a palavra “estômago”, como mostra o *quadro* abaixo:

ELEMENTOS COESIVOS POR COLOCAÇÃO, NO TEXTO	
ITENS LIGADOS A COMER fome feijão arroz carne comida refeição café almoço jantar cesta básica grão cozinha geladeira	ITENS LIGADOS AO CORPO esôfago duodeno víscera coração tripa cabeça faringe
	ITENS MORFOLOGICAMENTE LIGADOS A “ESTÔMAGO” estomacal suco gástrico
	OUTROS ITENS entranhas (normalmente empregada em relação ao corpo) relógio (de relógio biológico) oco

Fig. 9

Palavras como *esôfago*, *arroz* ou *suco gástrico* estão todas coesivas dentro do texto, pois são itens lexicais ligados ao item *estômago*. O alto número de colocações parece ser proporcional ao tom irônico do texto. O autor deixa subentendidas críticas no texto, sem, no entanto, nomear as pessoas ou as situações criticadas. Para insinuar que o presidente seja insensível, por exemplo, o autor se refere a sua cozinha - “tão farta” -, que contrapõe-se à fome, tema central do texto.

O texto foi extraído da página 2 do jornal *Folha de S. Paulo*, em espaço dedicado à publicação de crônicas políticas. O texto investe em estratégias na construção da rede coesiva e lança mão de coesão colocacional, buscando empregarse o texto com ironias e insinuações. Observem-se agora três textos produzidos por alunos a partir da leitura da crônica de Josias de Souza:

TEXTO 1

- 1 Caro **estômago**¹,
- 2 após tomar conhecimento do seu sofrimento, através de sua carta,
- 3 decido ajudar. Concordo que, devido aos meus atos, o senhor está cada
- 4 vez mais **vazio**^{1.1}. Seus argumentos não me fizeram muito bem, mas
- 5 depois de refletir sobre o assunto, resolvi fazer uma campanha para
- 6 arrecadar verbas. Elas serão destinadas a mim, claro, pela minha
- 7 solidariedade com o **estômago alheio**^{1.2}. Mas não se preocupe, porque
- 8 divulgarei o seu estado de “oco emocional” e certamente algum
- 9 empresário lhe mandara uma **cesta básica**^{1.3}, após ficar comovido.
- 10 Sei que o senhor já esperou muito e até já se acostumou a ficar
- 11 sozinho, vazio, sem trabalhar. Por isso acho que não há muito urgência
- 12 no seu problema de falta de **comida**^{1.4}. Tente primeiro superar a inveja

- 13 dos **outros órgãos**^{1.5}. Por favor, não vá para o paraíso. Ainda preciso
 14 ganhar dinheiro e prestígio com a sua ajuda. Além disso, não seria bom
 15 para a minha administração.
 16 Assim que puder mandarei a cesta básica que o senhor tanto
 17 deseja. Até lá, tente **digerir**^{1.6} as minhas desculpas.

Observem-se no quadro as referências feitas no texto ao termo *estômago*.

TEXTO 1	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1. Estômago (<i>linha 1</i>)	-
1.1 ... vazio (<i>linha 4</i>)	colocação
1.2 ... o estômago alheio (<i>linha 6</i>)	reiteração por repetição
1.3 ... cesta básica (<i>linha 8</i>)	colocação
1.4 ... comida (<i>linha 12</i>)	colocação
1.5 ... outros órgãos (<i>linha 12</i>)	colocação

Fig. 10

Neste segundo grupo de textos está sendo analisada apenas a rede coesiva feita através de elementos lexicais, em torno do item *estômago*. Há no texto apenas uma expressão que pode ser entendida como uma reiteração ao referente *estômago* - *Elas serão destinadas a mim, claro, pela minha solidariedade com o estômago alheio* - em que se pode dizer que haja uma relação de inclusão, ou seja, apesar de a referência não ser feita diretamente “ao estômago em questão”, o item *ele* pode estar incluído na expressão *estômago alheio*. A maior parte da rede coesiva em torno da palavra *estômago*, no entanto, é tecida através de colocações. O texto usa quatro itens lexicais que são coesivos por colocação com *estômago*: *vazio*; *comida*; (também usados no texto de Josias de Souza); *órgãos* e *digerir*.

TEXTO 2

1 Caro senhor **Estômago**¹,
 2 recebi sua carta e, embora não seja muito amigável, admirei sua
 3 atitude e como sei que milhares de pessoas pensam como você, vou
 4 tomar providências para pôr um ponto final nesse problema.
 5 Houve um certo exagero da sua parte ao dizer que não conheço
 6 tais problemas sociais que afetam nosso país, como a **fome**^{1.1}, já que,
 7 como presidente, devo e estou a par dos mesmos.
 8 Quer um conselho? Não cobice os demais **órgãos**^{1.2} sem antes
 9 saber se eles sofrem como você. Pense nas milhares de pessoas que
 10 perdem parte de sua vida em filas de hospitais, e olhe que o problema
 11 delas não pode ser resolvido com um prato de **comida**^{1.3}. E bem como
 12 você me escreveu, já tive oportunidade de dialogar com **corações**^{1.4} e
 13 tornar-me ciente das dificuldades deles também. E como trabalho em
 14 conjunto, não posso dar prioridade a um só problema social e esquecer-
 15 me dos outros. “Assim não dá!”
 16 Enfim, apóio tais pessoas como você, que não têm vergonha de
 17 expor seus problemas, porque, quem sabe, se trabalharmos em conjunto,
 18 o Brasil possa avançar?

No texto 2, a reiteração lexical inexistente. Há, no entanto, o emprego de itens lexicais em colocação com “estômago”. De todos *-fome, comida, corações e órgãos* -, apenas este último não consta também no texto de Josias de Souza. Todos aparecem também no texto 1, como se pode ver no quadro abaixo:

TEXTO 2	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1. Estômago (<i>linha 1</i>)	-
1.1 ... fome (<i>linha 6</i>)	colocação
1.2 ... órgãos (<i>linha 8</i>)	colocação
1.3 ... comida (<i>linha 11</i>)	colocação
1.4 ... corações (<i>linha 12</i>)	colocação

Fig. 11

TEXTO 3

1 Caro senhor **Estômago**¹,
 2 confesso não ter atendido às suas expectativas, colocando **medidas**
 3 **intragáveis**^{1.1} ao seu encontro.
 4 A meu ver, sua existência é inútil, tornando minha **degustação**^{1.2}
 5 incômoda ao pensar em você. É muito mais interessante assistir uma
 6 classe mais pensativa ou sensitiva como você expôs, por ser mais
 7 **nutritivo**^{1.3}, pois não se diz “**quem vê cara não vê estômago**”^{1.4} ou
 8 “**estômago são; corpo são**”^{1.5}. Como pode ver, você desestrutura cos-
 9 tumes antigos.
 10 À época de escolher o **nutricionista-chefe**^{1.6} vocês são a catapulta,
 11 alavancando os candidatos; fazendo isso a qualquer um que os **sacie**^{1.7},
 12 mesmo que momentaneamente. Mas com o cargo alcançado, vocês se
 13 tornam **vísceras**^{1.8} incômodas, sendo **bocas famintas a alimentar**^{1.9}. E
 14 tenho dito.

Dos três textos, o terceiro é aquele em que o autor mais explorou a coesão lexical por colocação (*quadro na próxima página*). Percebe-se que a seleção lexical feita em torno de palavras que se co-relacionam com o item lexical *estômago* foi uma estratégia do autor. Também nesse terceiro texto é mais nítida a influência do esquema armado por Josias de Souza, em seu texto (*Carta de um estômago*). É interessante observar que o aluno faz construções muito parecidas com aquelas criadas no texto “*Carta de um estômago*”. No texto 3, as construções que exploram relações de sentido com o item *estômago* estão, mais que nos outros, adaptadas a uma estratégia que tem como objetivo principal a ironia. Isso se comprova através de construções sutis como *medidas intragáveis*, construção corriqueira, mas que no texto ganha um significado especial ou *nutricionista-chefe*, que apenas no texto pode ser entendida como sendo uma referência ao presidente. Assim, o aluno mantém o mesmo tom do texto original de Josias de Souza.

TEXTO 3	
ELEMENTO USADO	TIPO DE RELAÇÃO
1. Estômago (<i>linha 1</i>)	-
1.1 ... medidas intragáveis (<i>linha 2</i>)	colocação
1.2 ... degustação (<i>linha 4</i>)	colocação
1.3 ... nutritivo (<i>linha 7</i>)	colocação
1.4 ... quem vê cara não vê estômago (<i>linha 7</i>)	reiteração por repetição
1.5 ... estômago são; corpo são (<i>linha 8</i>)	reiteração por repetição
1.6 ... nutricionista-chefe (<i>linha 10</i>)	colocação
1.7 ... sacie (<i>linha 11</i>)	colocação
1.8 ... vísceras (<i>linha 13</i>)	reiteração por sinônimo
1.9 ... bocas famintas a alimentar (<i>linha 13</i>)	colocação

Fig. 12

Ainda que a análise da rede coesiva que acaba de ser feita não sirva a generalizações, é possível que ela acene com algumas respostas a duas questões levantadas no início deste capítulo. A primeira delas diz respeito à maneira como a coesão lexical é processada em textos feitos por estudantes em sala de aula. Nos textos avaliados, a rede coesiva se mantém, na maior parte das vezes, dentro de um campo previsível.

Mas é preciso relativizar essa conclusão: se por um lado o aluno não mostra grande esforço na recorrência a elementos de reiteração, por outro não se pode ignorar que houve uma visível exploração do campo semântico em alguns textos, ou seja, houve uma preocupação com o recurso de coesão colocacional.

Quanto à reiteração, reiterar o item lexical *televisão* através do sinônimo *TV*, por exemplo, não se constitui em exemplo de criatividade na elaboração da rede

coesiva. É praticamente uma repetição do mesmo item, mas de forma abreviada. Entende-se que ser criativo na reiteração seria lançar mão dos recursos vistos neste estudo: *sinonímia textual*, *metonímia* ou *antonomásias*, por exemplo. Não há tal sofisticação. Na falta de um sinônimo para o item televisão, não houve a tentativa de se criar um elemento de reiteração que funcionasse dentro de uma alegoria textual, por exemplo.

A segunda questão formulada no início deste capítulo questiona se o aluno elabora a rede coesiva, encarando-a como parte de sua estratégia textual. A forte exploração de elementos colocacionalmente coesivos sugere que sim. O texto 2 do tema 1, por exemplo, a respeito da relação existente entre televisão e violência, faz uso de expressões como “*Podemos tratar a violência como uma **novela real** (...). Não devemos nos esquecer também dos **atores coadjuvantes** (da violência)”*. A escolha dessas construções - a comparação da violência com uma novela de TV e dos fatores que geram a violência com *atores coadjuvantes* - pode muito bem ser encarada como fruto de uma estratégia previamente elaborada pelo aluno a partir da observação de outros textos ou mesmo com base em estudos feitos em sala de aula.

O mesmo se pode dizer do texto 3 (tema 2). “*Medidas intragáveis, degustação e nutricionista-chefe*” são expressões que, com certeza, não foram usadas no texto ao acaso. Provavelmente houve uma elaboração prévia, houve uma intenção de interagir com o campo semântico de uma item lexical importante no texto (*estômago*). A expressão “*nutricionista-chefe*”, empregada como sinônimo de presidente, de líder, é um exemplo claro de lexicalização da rede coesiva em nome da manutenção temática.

Portanto, ainda que se tenha moderação nas conclusões das análises deste capítulo, é possível verificar que os recursos coesivos estudados neste trabalho são

importantes na estratégia textual. Uma atenção maior a esses recursos, por sua vez, por parte da escola, pode ser uma arma a mais na busca da qualidade na produção de textos por parte de estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram apresentados mecanismo de elaboração da rede coesiva do texto. O objetivo central deste estudo foi descrever e analisar a força coesiva do léxico, objeto específico da segunda parte deste estudo. O levantamento de hipóteses sobre as formas como a coesão lexical se processa, bem como a exposição de exemplos e a análise final de textos produzidos por estudantes ,foram recursos importantes na consecução desse objetivo. A coesão colocacional, terreno em que poucas teorias têm sido semeadas, foi aqui analisada em detalhes importantes. Foram relacionadas teorias de vários autores, coletados exemplos e levantadas hipóteses que, sem dúvida, são importante, no mínimo, para instigar novos estudos sobre esse recurso coesivo.

Este trabalho não se limitou a descrever e a conceituar a coesão lexical. Analisou-se também até que ponto a opção por uma forma de coesão lexical pode ser veículo de modalização e aumentar o grau de informatividade do texto. Emprega-se aqui o termo modalização como nomeação genérica dada às várias formas de que o autor de um texto dispõe para imprimir sua marca no enunciado. Segundo Lyons (1977: 61), modalização é “a sobreposição no enunciado de uma coloração atitudinal

particular, indicativa do envolvimento do locutor no que está dizendo e do seu desejo de impressionar ou convencer o auditor”. O conceito de modalização está ligado à atitude adotada pelo autor em relação ao seu próprio texto. O autor tanto pode se distanciar quanto se aproximar do enunciado. O aparecimento de um “eu”, no texto, por exemplo, reduz essa distância e traduz-se em um envolvimento do autor com seu enunciado. Já a adoção da terceira pessoa na elaboração do texto indica que o autor optou pela estratégia de afastamento.

Isso não significa, no entanto, que o autor se exima de emitir conceitos a respeito do tema que desenvolve. A impessoalização é muito mais uma estratégia, que visa a emprestar credibilidade ao texto. É como se o autor professasse ali uma verdade universal e não uma opinião pessoal. A coesão lexical é, pois, não apenas uma forma a mais de remissão, mas também um mecanismo de interação do autor com seu texto, uma instância de argumentação. Além de seu caráter modalizador, a coesão lexical também pode ser avaliada como mecanismo através de que se dá entrada no texto a informações novas. Ao se escolher uma característica do referente como forma de se referir a ele, por exemplo, o autor está incluindo no texto mais informações.

É com base em constatações como essas que não se pode avaliar o fato de um produtor de um texto não recorrer à coesão lexical apenas como um caso de pobreza vocabular. Não se trata apenas de “arranjar” um termo para substituir outro já citado. O emprego de determinados termos para realizar a coesão lexical revela também atitudes diante de um assunto, intenções sub-reptícias que têm tanto poder quanto a argumentação explícita, que aparece claramente no enunciado. É por formalizar questões como essas que se pode concluir que este trabalho cumpriu seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis, 1970.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Princípios da lingüística geral*. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1980.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo, Contexto, 1998, 56/57.
- DASCAL, Marcelo. *Kaspar Hauser ou a Fabricação da teoria*. Revista Delta. São Paulo: Abralin, vol. 1, n. 1 e 2, 1985. 37-49.
- DUBOIS, Jean (org). *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1998.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo, Ática, 2000.
- FÁVERO, Leonor & KOCH, Ingedore C. V.. *Lingüística textual*. São Paulo, Cortez, 1983.
- FÁVERO, Leonor (org.). *Lingüística textual: texto e leitura*. São Paulo, Educ, 1985.
- CHAROLLES, Michel & EHRLICH, Marie-France. *Aspects of textual continuity: linguistic and psychological approaches*. Mimeo, 1986.
- FRANCIS, Gill. *Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion*. In: M. Coulthard (ed). *Advances in written text analysis*. London and New York, Routledge, 1994, 83-101.
- GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel, Assoeste, 1991.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo, Ática, 1990.
- HALLIDAY, M. A. K. & McINTOSH, Angus & STREVENS, Peter. *The linguistic Sciences and Language Teaching*. London, William Clowes and Sons, 1964.

- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres, Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K.. *Language as social semiotics*. London, Edward Arnold, 1978: 36-58.
- HALLIDAY, M. A. K.. *An introduction to functional grammar*. London, Edward Arnold, 1985: 13-35.
- HALLIDAY, M. A. K.. *System and function in language*. Londres, Oxford University Press, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford, Oxford University Press, 1989: 70-96.
- HASAN, Ruqaiya. *Coherence and cohesive harmony*. Version of a talk given at the IRA Annual Convention, 1980
- HUDDLESTON, Rodney. *Review Article on Classifying anaphoric relations, A review of M. A. K. Halliday and R. Hasan, Cohesion in English*. St. Lucia (AUS), North-Holland Publishing Company, 1978.
- ILARI, Rodolfo & GERALDI, João W. *Semântica*. São Paulo, Ática, 1990.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990, 2-37.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas, Pontes, 1992.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A Coesão Textual*. 12ª ed., São Paulo, Contexto, 1999.
- KOCH, Ingedore Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. São Paulo, Contexto, 1990.
- KOCH, Villaça. *Questões de coesão e coerências textuais*. in Encontro/Abralin/Unicamp, Campinas, 1996.
- KOCH, Ingedore Villaça & MARCUSCHI, Luiz A.. *Processos de referência na produção discursiva*. in Colóquio internacional - A investigação do português em África, Ásia, América e Europa: balanço e perspectivas, Berlim, 1998.
- LYONS, John. *Semantics*. Londres, Cambridge University Press, 1977. (Trad. portuguesa: Semântica I)
- LYONS, John. *Structural semantics*. Oxford, Basil Blackwell, 1963. (Trad. portuguesa: Semântica Estrutural)

- MARCUSCHI, Luiz A.. *A lingüística do texto: o que é e como se faz*. Recife, UFPE, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz A.. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. in Colóquio internacional - A investigação do português em África, Ásia, América e Europa: balanço e perspectivas, Berlim, 1998.
- MARTIN, JR. *Genre and literacy: modelling context in educacional linguistics*. Annual Review of Applied Linguistics, 1993.
- MOURA, Fancisco. *Trabalhando com dissertação*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 1994.
- PERRONI, Maria Cecília. *Desenvolviemnto do discurso narrativo*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, 47-64.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. São Paulo, Mercado das Letras, 1998.
- POSSENTI, Sírio. *Apresentação da análise do discurso*. in Glotta, 12. pp. 45-59, São José do Rio Preto, Unesp, 1999.
- PATRY, Richard. *Le lexique dans l'analyse de la cohésion linguistique: aspects problématiques et étude appliquée*. Université de Montréal, 1995. (Tese de Doutorado, Ph.D.)
- VAN DIJK, Teun A. *Studies in the pragmatics of discourse*. Berlin/New York, Mounton, 1981.
- VAN DIJK, Teun A. *Text and context*. Londres, Longman, 1977.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e palavra*. in _____ Pensamento e linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1987, 103-132.
- VYGOTSKY, L. *Internalização das funções psicológicas superiores*. in _____ Formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1991, 58-65.